

DIREITOS, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Direitos, cidadania e movimentos sociais são temas frequentes nos pronunciamentos e conversas de empresários brasileiros ou estrangeiros, governantes e políticos de diferentes partidos, estudantes, trabalhadores e membros das camadas da sociedade que enfrentam as piores condições de vida.

Qual o significado desses temas para indivíduos pertencentes a grupos tão distintos?

A ideia de cidadania está relacionada ao surgimento do Estado moderno e à expectativa de que este garanta os direitos essenciais dos cidadãos em determinado território.

A conquista, a manutenção e a ampliação desses direitos dependem das ações dos indivíduos e dos grupos que lutam por seus interesses por meio dos movimentos sociais. Esse é o assunto que vamos estudar agora.

1. DIREITOS E CIDADANIA

Direitos de todos, das mulheres, dos negros, das crianças, dos adolescentes, do consumidor, dos idosos... Há várias leis e decretos que os traduzem. Mas de que adianta haver tantas leis e decretos que não são respeitados? Os direitos básicos dos cidadãos devem ser garantidos pelo Estado. Vamos ver como a relação entre direitos e cidadania foi tratada na história das sociedades.

Alguns povos da Antiguidade — como os babilônios, com o Código de Hamurabi, no século XVIII a.C., e os gregos de Atenas, com as leis de Clístenes, do século VI a.C. — tiveram suas normas e leis registradas por escrito.

As leis babilônicas reforçavam o poder do Estado e as atenienses definiam as instituições da democracia. **Nenhuma delas tratava dos direitos humanos**, cuja história é bem mais recente.

Foi somente a partir do século XIII, na Inglaterra, que se criaram as primeiras cartas e estatutos que asseguravam alguns desses direitos. A Magna Carta (1215-1225), por exemplo, que protegia apenas os homens livres, e a *Petition of Rights* (1628), que requeria o reconhecimento de direitos e liberdades para os súditos do rei.

A mais importante das “cartas de direitos”, porém, foi a *Bill of Rights* (1689), que submetia a monarquia à soberania popular, transformando-a numa monarquia constitucional.

Cabe destacar ainda o *Act of Settlement* (1707), que completava o conjunto de limitações ao poder monárquico, e o *Habeas Corpus Amendment Act* (1769), que anulava as prisões arbitrárias. Todos esses atos

eram dirigidos apenas às pessoas nascidas na Inglaterra. Eram leis para um só país.

No século XVIII, quando as colônias inglesas da América do Norte se tornaram independentes, foram criados alguns documentos importantes, como a Declaração de Direitos da Virgínia (1776) e a Constituição de 1787. Nesse mesmo ano, foram ratificadas as dez primeiras emendas à Constituição estadunidense, que determinavam com clareza os limites do Estado e definiam os campos em que a liberdade devia ser estendida aos cidadãos. Embora as emendas garantissem liberdade de culto, de palavra, de imprensa e de reuniões pacíficas, ainda promoviam a distinção entre os seres humanos, já que não aboliram a escravidão.

Direitos para todos

Com a Revolução Francesa (1789), os direitos baseados nos princípios da liberdade e da igualdade foram declarados universais, ou seja, válidos para todos os habitantes do planeta. Entretanto, esses direitos, expressos na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão aprovada pela Assembleia Nacional francesa, não se estendiam às mulheres.



Embora não seja muito citado nos livros de História, é sempre bom lembrar o caso de Olympe de Gouges (1748-1793), ativista e dramaturga francesa que, em 1791, propôs uma declaração dos direitos da mulher e acabou na guilhotina.



Os documentos originados da Revolução Francesa e da independência dos Estados Unidos são a base da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1948. Fortemente influenciada pelo horror e pela violência da primeira metade do século, sobretudo pelas atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estendeu a liberdade e a igualdade de direitos, até nos campos econômico, social e cultural, a todos os seres humanos.

De acordo com essa concepção universalista, os direitos humanos estão acima de qualquer poder existente, seja do Estado, seja dos governantes. Em caso de violação, os responsáveis devem ser punidos.

Todos nascemos livres e iguais! Só que não!

Com diferentes interpretações, muitos pensadores defenderam a ideia de que os seres humanos nascem livres e iguais, e têm garantidos determinados direitos inalienáveis.

De acordo com o pensador inglês **Thomas Hobbes** (1588-1679), os seres humanos são naturalmente iguais e, por terem excessiva liberdade, lutam uns contra os outros na defesa de interesses individuais, havendo a necessidade de um *acordo* (que ele chamava de contrato) entre as pessoas, a fim de que não se matem. Para evitar a autodestruição, todos os membros da sociedade deveriam renunciar à liberdade e dar ao Estado o direito de agir em seu nome e coibir todos os excessos.

Segundo **John Locke** (1632-1704), também inglês, somente os homens livres e iguais podem fazer um pacto com o objetivo de estabelecer uma sociedade política. Homens livres e iguais são aqueles que têm alguma propriedade a zelar. A propriedade, nessa perspectiva, torna-se o elemento fundamental da sociedade capitalista, ou seja, está acima de todos os demais, já que é o paradigma que define, inclusive, a liberdade dos indivíduos. Aqui já aparece a ideia de que nem todos são iguais desde o nascimento.

Para **Jean-Jacques Rousseau** (1712-1778), a igualdade só tem sentido se for baseada na liberdade, mas, segundo sua definição, a igualdade só pode ser jurídica. A lei deve ser o parâmetro da igualdade: “todos devem ser iguais perante a lei”.

Ora, no final do século XVIII e mais claramente no século XIX, a sociedade europeia estruturava-se desigualmente, e as diferenças entre as classes já eram evidentes. Ao propor a igualdade de todos perante a lei, criava-se um direito igual para desiguais. Em outras palavras, as pessoas não eram iguais porque nasciam iguais e livres, mas porque tinham direitos iguais perante a lei, feita por quem dominava a sociedade.

A igualdade total apregoada por muitos era realmente a mais grave ameaça aos privilégios sociais da burguesia e da aristocracia, que se mantinham no poder.

Discutia-se se a liberdade e a igualdade poderiam conviver ou se eram uma antítese insuperável, sendo necessário escolher entre elas. Como a sociedade capitalista funciona e se desenvolve movida pela desigualdade, a liberdade foi apregoada como o maior valor, deixando-se a igualdade de lado.

Para **Karl Marx**, o trabalhador, como membro de uma classe, não se identificaria como cidadão, que seria somente a *representação burguesa* do indivíduo. A ideia de democracia passaria pelo critério da *igualdade social*, que só uma revolução social poderia tornar realidade. Mas, recentemente, alguns marxistas afirmaram que a democracia burguesa poderia abrir caminho para uma igualdade formal e espaços de liberdade, além de ser um meio para que o trabalhador, ao lutar por seus direitos e liberdades democráticos, pudesse construir uma sociedade socialista.

Para **Émile Durkheim**, a ideia de cidadania está vinculada à questão da coesão social estabelecida com base na solidariedade orgânica, que é gerada pela divisão do trabalho e se expressa no direito civil. Assim, quando o indivíduo desempenha diferentes funções sociais, está integrado numa sociedade que se apresenta como um organismo estruturado. Seu papel como cidadão é cumprir suas obrigações e desenvolver uma prática social que vise à maior integração possível. Ao participar da solidariedade social, levando em conta as leis e a moral vigentes em uma sociedade, o indivíduo desenvolve plenamente sua cidadania.

Direitos civis, políticos e sociais

Na década de 1960, em seu livro *Cidadania, classe social e status*, o sociólogo inglês **T. H. Marshall** analisou a relação entre cidadania e direitos no contexto da história. De acordo com esse autor, a questão da cidadania só começou a aparecer nos séculos XVII e XVIII, e ainda assim de forma sutil, por meio da formulação dos chamados *direitos civis*. Naquele momento, procurava-se garantir a liberdade religiosa e de pensamento, o direito de ir e vir, o direito à propriedade, a liberdade contratual, principalmente a de escolher o trabalho, e, finalmente, a justiça, que devia salvaguardar todos os direitos anteriores.

Esses direitos passaram a ser o ideal das épocas seguintes e constaram em todas as legislações europeias a partir de então. Isso não significa que os direitos civis chegaram a todas as pessoas. O cidadão no pleno gozo de seus direitos era o indivíduo proprietário de bens e principalmente de terras, o que mostra como a cidadania era restrita.

Os *direitos políticos* estão relacionados com a formação do Estado democrático representativo e envolvem os direitos eleitorais — a possibilidade de o

cidadão eleger seus representantes e ser eleito para cargos políticos —, o direito de participar de associações políticas, como os partidos e os sindicatos, e o direito de protestar. Considerados desdobramentos dos direitos civis, os direitos políticos começaram a ser reivindicados por movimentos populares já no século XVIII, mas, na maioria dos países, só se efetivaram no século XX, quando o direito de voto foi estendido às mulheres.

No século XX também chegou a vez de os **direitos sociais** serem postos em prática. As pessoas passaram a ter direito à educação básica, assistência à saúde, programas habitacionais, transporte coletivo, sistema previdenciário, programas de lazer, acesso ao sistema judiciário, etc.

Os direitos civis, políticos e sociais estão assentados no princípio da igualdade, mas não podem ser considerados universais, pois são vistos de modo diferente em cada Estado e em cada época. Convém lembrar que há uma diversidade muito grande de sociedades, que se estruturam de modo diferente e nas quais os valores, os costumes e as regras sociais são distintos daqueles que predominam no Ocidente.

No final do século XX e no início do século XXI, outros direitos relacionados a segmentos e situações sociais específicos — por exemplo, consumidores, idosos, adolescentes, crianças, mulheres, minorias étnicas, homossexuais — consolidaram-se.

Recentemente surgiram direitos difusos, e os mais expressivos são os relativos ao meio ambiente, que beneficiam a todos. Há uma ironia nisso porque a garantia ao ar, à água e ao solo mais limpos protege até os próprios poluidores. Hoje se afirmam também os direitos dos animais ou da natureza em geral. De acordo com a tradição jurídica ocidental moderna, os direitos pertencem aos seres humanos. Assim, a preservação das matas e dos animais em via de extinção garante o direito dos humanos a um ambiente biodiversificado.

Cidadania hoje

Ser cidadão é ter a garantia de todos os direitos civis, políticos e sociais que asseguram a possibilidade de uma vida plena. Esses direitos não foram conferidos, mas exigidos, integrados e assumidos pelas leis, pelas autoridades e pela população em geral. A cidadania também não é dada, mas construída em um processo de organização, participação e intervenção social de indivíduos ou de grupos sociais. Só na constante vigilância dos atos cotidianos o cidadão pode apropriar-se desses direitos, fazendo-os valer de fato. Se não houver essa exigência, eles ficarão no papel.

As duas cidadanias

Como vimos, o conceito de cidadania foi gerado nas lutas que estruturaram os direitos universais

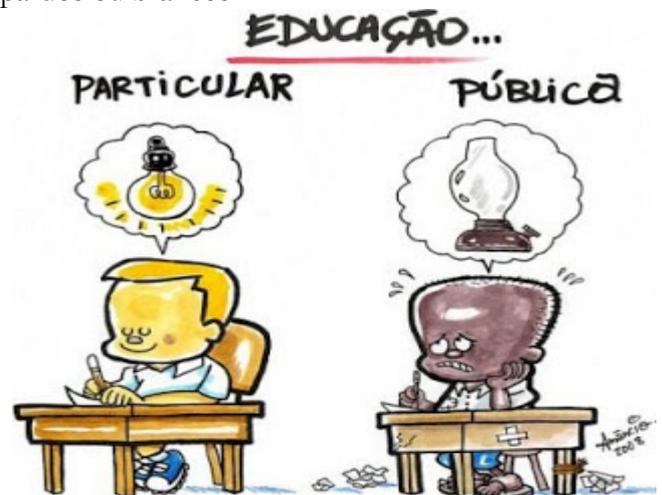
do cidadão. Desde o século XVIII, muitas ações e movimentos foram necessários para que se ampliassem o conceito e a prática de cidadania. Nesse sentido, pode-se afirmar que defender a cidadania é lutar pelos direitos e, portanto, pelo exercício da democracia, que é a constante criação de novos direitos.

T. H. Marshall propôs uma análise da evolução da cidadania vinculada a determinados direitos, com base na situação da Inglaterra. Na sociedade contemporânea, porém, há um grau de complexidade e de desigualdade tão grande que a divisão dos direitos do cidadão em civis, políticos e sociais já não é suficiente para explicar sua dinâmica. Como alternativa a essa classificação, podemos pensar em dois tipos de cidadania: o formal e o real (ou substantivo).

A **cidadania formal** é aquela que está nas leis, principalmente na constituição de cada país. É a que estabelece que todos são iguais perante a lei e garante ao indivíduo a possibilidade de lutar judicialmente por seus direitos.

Tal garantia é muito importante: se não houvesse leis para determinar nossos direitos, estaríamos nas mãos de uma minoria. Essa era a situação dos escravos, que não tinham direito algum.

A **cidadania substantiva ou real**, aquela que vivemos no dia a dia, mostra que não há uma igualdade fundamental entre todos os seres humanos — entre homens e mulheres, crianças, jovens e idosos, negros, pardos ou brancos.



Vamos tomar como exemplos o direito à vida e o direito de ir e vir. O direito à vida é o principal. Sem ele, os demais nada valem. Mas milhares de pessoas, principalmente crianças, morrem de fome todos os dias em vários locais do planeta. Essas pessoas não conseguiram ter o direito à vida, o direito real e substantivo à cidadania.

O segundo direito básico em nossa sociedade, o de ir e vir, é reconhecido desde o século XVII. No dia a dia, entretanto, nem sempre as pessoas podem se deslocar para qualquer lugar e ficar onde quiserem. As praias, por exemplo, são todas públicas, mas algumas foram fechadas por pessoas que se consideram proprietárias e não permitem a entrada de ninguém. Há

também ruas, vias públicas, que são fechadas e vigiadas por seguranças, os quais impedem a livre circulação dos cidadãos. Nos *shopping centers*, os guardas garantem a segurança dos frequentadores, mas também evitam o acesso de pessoas que aparentemente não ter poder de consumo. Nesses casos, o direito de ir e vir não é respeitado.

Se esses direitos básicos ainda não são efetivos para a maioria das pessoas, imagine o que acontece com os demais! Ao analisar os direitos humanos nos dias de hoje, no mundo globalizado, observa-se, por exemplo, que o direito à diferença não é levado em conta, principalmente quando se trata de culturas muito distintas das ocidentais.

O sociólogo português **Boaventura de Souza Santos** formula um questionamento importante: como ficam os direitos dos indivíduos que sofreram os efeitos das numerosas guerras que ocorreram depois de 1945, nas quais se envolveram as nações que foram o berço dos documentos de direitos universais — Inglaterra, França e Estados Unidos?

A defesa dos direitos humanos convive com sua violação. A coerência entre os princípios e a prática dos direitos humanos só será estabelecida se houver uma luta constante pela sua vigência, travada por meio de ações políticas ou movimentos sociais. Direitos só se tornam efetivos e substantivos quando são exigidos e vividos cotidianamente.

Direitos e comunidade

Somos todos interdependentes neste nosso mundo que rapidamente se globaliza, e devido a essa interdependência nenhum de nós pode ser senhor de seu destino por si mesmo. Há tarefas que cada indivíduo enfrenta, mas com as quais não se pode lidar individualmente. O que quer que nos separe e nos leve a manter distância dos outros, a estabelecer limites e construir barricadas torna a administração destas tarefas ainda mais difícil. Todos precisamos ganhar controle sobre as condições sob as quais enfrentamos os desafios da vida — mas para a maioria de nós esse controle só pode ser obtido *coletivamente*.

Aqui, na realização de tais tarefas, é que a comunidade mais faz falta; mas também aqui reside a chance de que a comunidade venha a se realizar. Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos.

Bauman, Zygmunt. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 133-4.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais são ações coletivas com o objetivo de manter ou mudar uma situação. Eles podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais.

Há vários exemplos de movimentos sociais em nosso dia a dia: as greves trabalhistas (por melhores salários e condições de trabalho), os movimentos por melhores condições de vida na cidade (por transporte, habitação, educação, saúde, etc.) e no campo (pelo acesso à terra ou pela manutenção da atual situação de distribuição de terras), os movimentos étnicos, feministas, ambientalistas e estudantis, entre outros.



Além desses movimentos organizados, existem outros que podemos chamar de conjunturais. São os que duram alguns dias e desaparecem para, depois, surgir em outro momento, com novas formas de expressão. Por causa dessa diferença e mobilidade, é preciso analisar cada tipo de movimento para entender as ideias que motivam e sustentam as ações, assim como seus objetivos.

Os movimentos sociais não são predeterminados; dependem sempre das condições específicas em que se desenvolvem, ou seja, das forças sociais e políticas que os apoiam ou confrontam, dos recursos existentes para manter a ação e dos instrumentos utilizados para obter repercussão.

Os movimentos sociais que se mantêm durante um longo tempo tendem a criar uma estrutura de sustentação e uma organização burocrática, por mínima que seja, para continuar atuando. Ao se institucionalizar, correm o perigo de perder o vigor, pois, para continuar sua ação, devem também obter recursos e assumir gastos com aluguel de uma sede, telefone, pessoal de apoio fixo e materiais.

A preocupação que antes se concentrava em organizar as ações efetivas divide-se assim com a preocupação em manter uma estrutura fixa, deslocando uma parte das energias para outro foco.

2.1 Confrontos e parcerias

Os movimentos sociais são sempre de confronto político. Na maioria dos casos eles têm uma

relação com o Estado, seja de oposição, seja de parceria, de acordo com seus interesses e necessidades. Observam-se várias formas de atuação dos movimentos sociais:

- contra ações do poder público que sejam consideradas lesivas aos interesses da população ou de um setor dela, como determinada política econômica ou uma legislação que prejudique os trabalhadores;

- para pressionar o poder público a resolver problemas relacionados à segurança, à educação, à saúde, etc. (um exemplo são as ações que exigem do Estado medidas contra a exploração sexual e o trabalho infantil);

- em parceria com o poder público para fazer frente às ações de outros grupos ou empresas privadas (é o caso dos movimentos de proteção ambiental);

- para resolver problemas da comunidade, independentemente do poder público, muitas vezes tomando iniciativas que caberiam ao Estado (por exemplo, as várias ações realizadas por Organizações Não Governamentais — ONGs — e associações de moradores de bairros).

Existem também movimentos cujo objetivo é desenvolver ações que favoreçam a mudança da sociedade com base no princípio fundamental do reconhecimento do outro, do diferente. Por meio desses movimentos, procuram-se disseminar visões de mundo, ideias e valores que proporcionem a diminuição dos preconceitos e discriminações que prejudicam as relações sociais. Exemplos são os movimentos étnico-raciais, *gay*, feminista e pela paz e contra a violência.

As lutas sociais vão além da defesa de interesses e necessidades, tendo como alvo também o reconhecimento individual e social. Quando um indivíduo se engaja num movimento social, procura fazer que suas experiências com os sentimentos de desrespeito, vergonha e injustiça inspirem outros indivíduos, de modo que sua luta se transforme numa ação coletiva, de reconhecimento pessoal e social.

Uma luta só pode ser caracterizada de social na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além dos horizontes das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo.

A greve como elemento central

A greve foi um dos instrumentos mais utilizados pelos trabalhadores na sociedade capitalista. A paralisação das atividades de uma ou mais empresas sempre se apresentou como uma poderosa arma de reivindicação. O movimento operário — e a greve em particular — pode ser analisado pelo menos de acordo com dois pontos de vista: o de Émile Durkheim e o de Karl Marx.

O enfoque de Durkheim tem como ponto de partida a ideia de que todo conflito é resultado da

inexistência de regras e normas (anomia) que regulem as atividades produtivas e a organização das várias categorias profissionais. A desordem (greve) é, para ele, um momento especial em uma ordem geral estabelecida e serve apenas para a desintegração da sociedade. Para Durkheim, a questão social é também moral, pois envolve ideias e valores divergentes dos da consciência coletiva. Conforme Durkheim, os desejos de alguns grupos ou de indivíduos devem estar submetidos aos sentimentos gerais da sociedade, e não a eles prevalecer.

Assim, uma sociedade dividida não pode ser normal, pois o fundamental é manter a solidariedade orgânica decorrente da divisão do trabalho social.

A questão social

Não se trata de substituir a sociedade existente por uma totalmente nova, senão adaptar aquela às novas condições de existência social. Não é uma questão de classes, de oposição entre ricos e pobres, de empresários e trabalhadores, como se a única solução possível consistisse em diminuir a parte que corresponde a uns para aumentar a dos outros. O que se requer no interesse de uns e outros é a necessidade de se refrear, desde o alto, os apetites de ambos e assim pôr fim ao estado de desagregação, de agitação maníaca, que não é produto da atividade social e que inclusive provoca sofrimentos. Em outras palavras, a questão social concebida desta maneira não é uma questão de dinheiro ou de força; é uma questão de agentes morais. O que domina não é a situação de nossa economia, senão o estado de nossa moralidade.

Durkheim, Émile. *El socialismo*. Madrid: Nacional, 1982. p. 287-8. [tradução do autor]

Karl Marx entende a questão de outra forma. A greve aparentemente é apenas um movimento reivindicatório por melhores salários e condições de trabalho. Mas, analisando um pouco melhor, percebe-se que em uma greve operária existem sempre três atores sociais: o trabalhador, o empresário capitalista e o Estado.

O trabalhador representa a força de trabalho e só tem isso para defender; assim, sua luta por melhores salários e condições de trabalho o coloca em confronto com o empresário, que representa o capital, e cujo objetivo é conseguir o maior lucro possível. A greve, para Marx, é a expressão mais visível da luta de classes entre a burguesia e o proletariado.

Ao Estado, que aparece na forma da legislação existente, cabe regular a relação entre o trabalho e o capital: as leis que podem proteger o trabalhador e seus direitos (que foram conquistados arduamente) também podem atuar em benefício do capital, o que acontece normalmente quando os tribunais decidem as questões

trabalhistas. Mas o Estado age também com a força policial, a qual pode ser acionada para reprimir os trabalhadores em nome da normalidade e da paz social.

Nessa perspectiva, numa greve questionam-se não só as condições de exploração em que vivem os trabalhadores, mas também a ação do Estado e seu caráter de classe. Numa greve operária questiona-se a própria estrutura da sociedade capitalista, que, em sua essência, é desigual e perpetua a exploração dos trabalhadores.

A industrialização e as greves



As greves trabalhistas existem desde o início do processo de industrialização. Dos primeiros movimentos até nossos dias, os trabalhadores sempre lutaram por melhores salários. Procuraram também regulamentar o trabalho infantil e feminino, além de reivindicar a diminuição da jornada de trabalho por meio de um movimento internacional pelas oito horas diárias.

Os trabalhadores mobilizaram-se pela organização de sindicatos e também por melhores condições de trabalho nas empresas. Pouco a pouco passaram a visar à conquista ou efetivação de direitos, principalmente os sociais, como saúde, transporte, educação, previdência e habitação.

Com essas lutas houve a preocupação de discutir questões mais gerais, como as políticas econômicas que geram desemprego. Em outubro de 2005, por exemplo, milhares de pessoas protestaram na França por meio de uma greve de um dia, que paralisou o transporte público. O objetivo era pressionar o governo por mudanças em suas políticas trabalhistas e econômicas. A greve foi convocada pelas principais centrais sindicais francesas contra os baixos salários, o desemprego, a queda do padrão de vida e uma lei que tornava mais fácil às empresas demitir funcionários.

2.2 Os movimentos sociais contemporâneos

Os movimentos sociais surgem nos mais diversos lugares do planeta sempre que um grupo de

indivíduos considera seus direitos desrespeitados ou se dispõe a lutar pela aquisição de novos direitos. Vamos analisar dois movimentos com características de nossa época.

O movimento ambiental

Esse movimento é típico da sociedade industrial, porque a industrialização predatória afeta o meio ambiente, contaminando a água, o ar e o solo, e colocando em risco os seres vivos. Isso sem falar no desmatamento desenfreado nas áreas ainda recobertas por florestas.

O movimento ambiental surgiu no século XIX, quando foram percebidos os primeiros sinais de distúrbios ambientais, mas desenvolveu-se lentamente até a década de 1970; desde então, vem crescendo rapidamente. Esse tipo de movimento tem uma característica interessante: envolve desde a ação de um pequeno grupo para salvar uma árvore em área urbana até a ação de grupos e instituições internacionais pela preservação de uma mata inteira.

Ou seja, ele vai do local ao global, evidenciando a existência de uma consciência ecológica difusa no mundo todo. Não é um movimento organizado mundialmente, mas um conjunto de movimentos que desenvolveu uma cultura ambientalista e criou um novo direito: o de viver em um ambiente saudável.

Organizações locais, regionais ou internacionais lutam para limitar, por meio da legislação, a ação predatória e poluente, principalmente das indústrias.



Em várias partes do mundo, movimentos ambientais pressionam os Estados a agir para que o direito a um ambiente sadio seja garantido por meio de leis e de fiscalização. As ações desenvolvidas por movimentos e organizações no mundo todo contribuíram para que a ONU passasse a orientar seus membros a respeito das questões ambientais, tomando medidas urgentes para resolver muitos desses problemas.

Vários são os questionamentos e motivações que animam os movimentos ambientais. Vamos resumir os mais importantes:

- a proteção da diversidade da vida na Terra contra a crescente eliminação de muitas formas de vida animal e vegetal, o que provoca problemas ambientais significativos, gerando a superpopulação de espécies animais e vegetais e alterando o equilíbrio da natureza (o desmatamento desenfreado das florestas, onde estas ainda existem, é o principal foco dessa ação);
- a preservação da qualidade de vida dos habitantes do planeta, que são atingidos por agentes poluidores na água, no ar ou no solo;
- o controle da aplicação industrial de resultados do progresso científico e técnico que possam trazer problemas à humanidade, como os resíduos tóxicos e as consequências do uso de energia nuclear, agrotóxicos e, mais recentemente, produtos transgênicos;
- o controle do uso dos recursos naturais, principalmente da água doce e daqueles oriundos da atividade extrativa de produtos não renováveis, como o petróleo e vários minérios (ferro, cobre e bauxita).

Existem problemas ambientais que só podem ser tratados globalmente, como a emissão de gases que provocam o efeito estufa, o aquecimento do planeta e as alterações na camada de ozônio que protege a Terra. As práticas poluidoras têm causado mudanças climáticas sérias no planeta. Outras questões tratadas globalmente são a poluição dos mares pelos navios tanques de petróleo, a matança de baleias e o despejo de resíduos tóxicos nos milhares de rios do mundo, o que também compromete os oceanos.



Há também problemas regionais e nacionais, que devem ser resolvidos no local em que surgem. Se uma indústria polui um rio, por exemplo, e este passa por vários países, é necessário que os países discutam as providências a tomar para evitar que todos sofram prejuízos. Existem ainda questões ambientais locais, como o lixo nas cidades, que exigem soluções na coleta, no depósito e na reciclagem.

O mais significativo é que a cultura ambiental, que começou a se formar na década de 1970, está disseminada e tem no cotidiano das pessoas seu ponto fundamental, expressando-se em ações de pessoas que

questionam e buscam soluções para problemas que podem prejudicar o modo de vida de cada comunidade.

A consciência ambiental tem estimulado pessoas, grupos, escolas e organizações a traduzir as grandes preocupações em práticas e atividades concretas no local em que vivem. Além disso, as ações ambientalistas, em todos os níveis, conquistaram gradativamente um espaço importante nos meios de comunicação de massa, gerando uma pressão social que forçou a apresentação de projetos de lei visando à conservação da natureza em várias partes do mundo.

O Estado não pôde ficar em silêncio e, assim, foi obrigado a controlar e a fiscalizar os processos industriais poluidores, o desmatamento e a proteção ambiental. As empresas antigas fizeram muitas mudanças em seu processo produtivo, tornando-o menos poluidor, e as novas empresas foram obrigadas a apresentar projetos de impacto ambiental.

O movimento feminista

A discussão moderna sobre a posição da mulher nas diferentes sociedades vem sendo travada desde o século XVIII.

Como vimos, os direitos do homem e do cidadão referiam-se aos homens e excluíam as mulheres. Mas elas não se calaram, como atesta o exemplo de Olympe de Gouges, que encaminhou à Assembleia Nacional da França, em 1791, uma Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, pedindo que o documento fosse tomado como fundamento da Constituição.

Em outro texto publicado em plena efervescência da Revolução Francesa, ela manifestou nos seguintes termos seu inconformismo com a discriminação da mulher: “Diga-me quem te deu o direito soberano de oprimir o meu sexo? [...] esta Revolução só se realizará quando todas as mulheres tiverem consciência do seu destino deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade”.

Por causa de suas posições políticas, Olympe de Gouges foi guilhotinada em 3 de novembro de 1793. Mas não faltou quem continuasse a lutar contra a condição subalterna da mulher no trabalho, na educação e na participação política. Entre outras, podem ser citadas a inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), que em 1792 publicou um ensaio sobre a emancipação feminina, *Em defesa dos direitos da mulher*, e as líderes operárias francesas Jeanne Deroin (?-1894) e Flora Tristán (1803-1844), referências importantes para o movimento feminista.

Uma frase de Olympe de Gouges extraída do artigo 10 de sua Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã tornou-se lema do movimento feminista do século XIX: “A mulher tem o direito de subir no cadafalso; deve ter também o direito de subir numa tribuna”.



A luta das mulheres adquiriu então uma nova configuração, com a organização de movimentos e campanhas pelo direito de votar. A conquista desse direito, no entanto, só ocorreu no século XX — primeiro nos Estados Unidos, em 1920, e depois na Inglaterra, em 1928.

Após as lutas pelo direito ao voto, o movimento das mulheres se enfraqueceu, sendo retomado na década de 1960, quando ganhou força e difundiu-se rapidamente. Importantes estudos sobre a condição feminina foram publicados nessa época, entre os quais os de Betty Friedan (*A mística feminina*), Kate Millet (*Política sexual*) e Juliet Mitchell (*A condição da mulher*). Paralelamente, desenvolveu-se um movimento vigoroso de reivindicação de direitos políticos, civis e sociais, além de questionamento das raízes culturais da desigualdade de gênero.

Dizia-se que as mulheres eram inferiores aos homens, isto é, fisicamente mais fracas, além de demasiadamente emocionais e sentimentais. Contrapunha-se a essa visão o argumento de que a desigualdade sexual é histórica, e não natural, pois foi sendo construída desde a Antiguidade para manter a opressão dos homens e a condição subalterna da mulher.

Nas décadas posteriores, ocorreu uma grande diversificação das lutas e dos movimentos das mulheres, bem como de suas organizações. Os seguintes temas se destacam hoje no movimento feminista:

- a crítica à sociedade patriarcal, baseada na dominação do homem como cabeça do casal e da família;
- a igualdade de condições e de salários no trabalho;
- o direito à liberdade de uso do corpo, no que se refere a reprodução, contracepção e aborto;
- o questionamento da heterossexualidade como norma e o reconhecimento de outras manifestações da sexualidade, como a bissexualidade e o lesbianismo;
- a especificidade da visão feminina do mundo em todas as áreas do conhecimento;

- a discussão sobre a identidade corporal e a sexualidade feminina.

O segundo sexo

Simone de Beauvoir, escrevendo no final da década de 1940 o livro intitulado *O segundo sexo*, é uma voz isolada neste momento de transição. Denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual, contribuindo com uma análise profunda na qual trata as questões relativas à biologia, à psicanálise, ao materialismo histórico, aos mitos, à história, à educação para o desenvolvimento desta questão. Afirmar ser necessário estudar a forma pela qual a mulher realiza o aprendizado de sua condição, como ela vivência, qual é o universo ao qual está circunscrita.

Simone de Beauvoir estuda a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que ela sofre durante o período de sua socialização, condicionamentos que, ao invés de integrá-la a seu sexo, tornam-na alienada, posto que é treinada para ser mero apêndice do homem.

Alves, Branca Moreira, Pitanguy, Jacqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 50-2.

Movimentos sociais globais

Como vimos, há uma série de problemas decorrentes da globalização que não podem ser enfrentados apenas dentro de cada país. Portanto, não se pode esperar que eles sejam resolvidos apenas pela ação dos partidos e movimentos sociais que atuam nacionalmente. Por esse motivo, nas últimas décadas, aumentou muito o número de organizações não governamentais (ONGs) internacionais.

Além das ONGs que atuam em mais de um país, há também grupos políticos e religiosos que atuam globalmente.

Organismos semelhantes às ONGs internacionais já existem há muito tempo. Por exemplo, na luta contra a escravidão na América (inclusive no Brasil), as associações abolicionistas europeias desempenharam um importante papel. Algumas delas tiveram origem em grupos religiosos, o que faz sentido: várias religiões existem em mais de um país, e o contato entre fiéis da mesma religião em diferentes partes do mundo deve ter ajudado na organização das primeiras associações internacionais.

O número de ONGs internacionais aumentou muito durante o século XX, paralelamente ao progresso da globalização. Entre elas destacam-se as que atuam em defesa do meio ambiente, como o Greenpeace e o WWF.

É fácil perceber por que essas ONGs são particularmente importantes: o meio ambiente não reconhece as fronteiras entre os países. Quando o Brasil

polui o oceano Atlântico, as correntes marítimas levam essa poluição para o litoral de vários outros países.

Quando os Estados Unidos ou a China emitem gases poluentes na atmosfera, as mudanças climáticas causadas por essa poluição afetarão todo o mundo. O meio ambiente talvez seja a questão mais obviamente global que existe. É interessante notar que embora atuem em diversos países (inclusive no Brasil) os chamados partidos verdes (partidos que se dedicam à defesa da ecologia) muitas vezes são menos influentes que as ONGs ambientais, que têm atuação global.

Também há ONGs de destaque em outras áreas, como no combate à pobreza (OXFAM, CARE), no provimento de auxílio médico em áreas carentes ou afetadas por guerras (Médicos sem Fronteiras) e na defesa dos direitos humanos (Anistia Internacional), entre muitas outras.



Cada ONG tem uma forma de atuação específica: algumas promovem, sobretudo, campanhas de esclarecimento junto à opinião pública; outras oferecem serviços como educação e atendimento médico em áreas carentes; outras, ainda, realizam estudos sobre problemas sociais específicos.

Algumas ONGs internacionais têm atuado em conjunto com organizações internacionais como o Banco Mundial.

Também são cada vez mais comuns os protestos políticos de caráter global. Com o desenvolvimento de meios de comunicação cada vez mais rápidos (em especial a internet), o contato entre pessoas de diferentes lugares do mundo que pensam de modo parecido tornou-se mais fácil. Exemplo disso é a articulação de grupos que se opõem a características da sociedade capitalista global no chamado “movimento antiglobalização”, o que talvez não seja um nome apropriado: vários desses movimentos criticam apenas a *forma* como a globalização foi feita até agora, e entre eles há grupos mais e menos radicais.

Alguns militantes preferem que seus movimentos sejam chamados de “alterglobalistas”, isto é, defensores de outro tipo de globalização, uma globalização alternativa.

Esses movimentos ganharam notoriedade por ocasião dos protestos contra uma reunião da

Organização Mundial do Comércio realizada na cidade de Seattle, nos Estados Unidos, em 1999. Houve um grande conflito entre policiais e manifestantes, que incluíam, além de ativistas de ONGs, sindicatos e outros movimentos sociais, membros de movimentos socialistas e anarquistas.

Os movimentos de protesto global reapareceram com força depois da crise global de 2008, com a emergência do movimento “Ocupe Wall Street”. Wall Street é o distrito de Nova York que concentra muitas instituições financeiras, além da Bolsa de Valores.

Esse movimento responsabiliza a política



econômica do governo norte-americano nas últimas décadas — que deu grande liberdade para as instituições financeiras investirem como quisessem — pela crise de 2008. Outros movimentos surgiram principalmente em países fortemente afetados por essa crise, como o dos “indignados” na Espanha.

Todos esses movimentos ainda estão dando seus primeiros passos. A globalização ainda é um fenômeno recente, e não sabemos como será organizada a política global caso ela continue se desenvolvendo.

Entretanto, é importante prestar atenção nos primeiros sinais de que começa a surgir uma política que atua através das fronteiras dos Estados.

Características comuns

Os movimentos ambiental e feminista propõem questões importantes para todos nós e podem ser tomados como exemplos de movimentos sociais contemporâneos por duas características comuns:

- não têm uma coordenação única, pois surgem e se desenvolvem a partir de ações coletivas nos planos local, regional e global, e comportam uma diversidade muito grande de ideias e valores, bem como de atuação e organização;
- suas ações se desenvolvem em torno de interesses e necessidades, mas também de reconhecimento, visando criar uma nova sociabilidade.

QUESTÕES

1. (ENEM 2010) A poluição e outras ofensas ambientais ainda não tinham esse nome, mas já eram largamente notadas no século XIX, nas grandes cidades inglesas e continentais. E a própria chegada ao campo das estradas de ferro suscitou protestos. A reação antimaquinista, protagonizada pelos diversos luddismos, antecipa a batalha atual dos ambientalistas. Esse era, então, o combate social contra os miasmas urbanos.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002 (adaptado).

O crescente desenvolvimento técnico-produtivo impõe modificações na paisagem e nos objetos culturais vivenciados pelas sociedades. De acordo com o texto, pode-se dizer que tais movimentos sociais emergiram e se expressaram por meio

- A) das ideologias conservacionistas, com milhares de adeptos no meio urbano.
- B) das políticas governamentais de preservação dos objetos naturais e culturais.
- C) das teorias sobre a necessidade de harmonização entre técnica e natureza.
- D) dos boicotes aos produtos das empresas exploradoras e poluentes.
- E) da contestação à degradação do trabalho, das tradições e da natureza.

2. (ENEM 2011) Na década de 1990, os movimentos sociais camponeses e as ONGs tiveram destaque, ao lado de outros sujeitos coletivos. Na sociedade brasileira, a ação dos movimentos sociais vem construindo lentamente um conjunto de práticas democráticas no interior das escolas, das comunidades, dos grupos organizados e na interface da sociedade civil com o Estado. O diálogo, o confronto e o conflito têm sido os motores no processo de construção democrática. SOUZA, M. A. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades das práticas democráticas.

Disponível em: <http://www.ces.uc.pt>. Acesso em: 30 abr. 2010 (adaptado).

Segundo o texto, os movimentos sociais contribuem para o processo de construção democrática, porque

- A) determinam o papel do Estado nas transformações socioeconômicas.
- B) aumentam o clima de tensão social na sociedade civil.
- C) pressionam o Estado para o atendimento das demandas da sociedade.
- D) privilegiam determinadas parcelas da sociedade em detrimento das demais.

E) propiciam a adoção de valores éticos pelos órgãos do Estado.

3. (ENEM 2012) Nós nos recusamos a acreditar que o banco da justiça é falível. Nós nos recusamos a acreditar que há capitais insuficientes de oportunidade nesta nação. Assim nós viemos trocar este cheque, um cheque que nos dará o direito de reclamar as riquezas de liberdade e a segurança da justiça.

KING Jr., M. L. Eu tenho um sonho, 28 ago. 1963. Disponível em: www.palmares.gov.br. Acesso em: 30 nov. 2011 (adaptado).

O cenário vivenciado pela população negra, no sul dos Estados Unidos nos anos 1950, conduziu à mobilização social. Nessa época, surgiram reivindicações que tinham como expoente Martin Luther King e objetivavam

- A) a conquista de direitos civis para a população negra.
- B) o apoio aos atos violentos patrocinados pelos negros em espaço urbano.
- C) a supremacia das instituições religiosas em meio à comunidade negra sulista.
- D) a incorporação dos negros no mercado de trabalho.
- E) a aceitação da cultura negra como representante do modo de vida americano.

4. (ENEM PPL 2013) Ao longo das três últimas décadas, houve uma explosão de movimentos sociais pelo mundo. Essa diversidade de movimentos — que vão desde os movimentos por direitos civis e os movimentos feministas dos anos de 1960 e 1970, até os movimentos antinucleares e ecológicos dos anos de 1980 e a campanha pelos direitos homossexuais da década de 1990 — é normalmente denominado pelos comentadores do tema como novos movimentos sociais.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005 (adaptado).

Uma explicação para a expansão dos chamados novos movimentos sociais nas últimas três décadas é a

- A) fragilidade das redes globais comunicacionais, como internet e telefonia.
- B) garantia dos direitos sociais constitucionais, como educação e previdência.
- C) crise das organizações representativas tradicionais, como partidos e sindicatos.
- D) instabilidade das instituições políticas democráticas, como eleições e parlamentos.
- E) consolidação das corporações transnacionais monopolistas, como petrolíferas e mineradoras.

5. (ENEM PPL 2014) O próprio movimento operário não pode ser reduzido a um conflito de interesses econômicos ou a uma reação contra a proletarização. Ele é animado por uma imagem de “civilização” industrial, pela ideia de um progresso das forças de produção utilizado para o bem de todos. O que é bem

diferente da utopia igualitarista simples, pouco preocupada com as condições de crescimento.

TOURAINÉ, A. Os movimentos sociais. In: FORRACHI, M. M.; MARTINS, J. S. (Org.). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1997.

Considerando a caracterização apresentada pelo texto, a busca pela igualdade pressupõe o(a)

- A) estímulo da luta política.
- B) adoção da ideologia marxista.
- C) coletivização dos meios de produção.
- D) aprofundamento dos conflitos sociais.
- E) intensificação do crescimento econômico.

6. (ENEM PPL 2014) Os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas deliberadas que visam à transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela internet. O mesmo pode ser dito do movimento ambiental, o movimento das mulheres, vários movimentos pelos direitos humanos, movimentos de identidade étnica, movimentos religiosos, movimentos nacionalistas e dos defensores/proponentes de uma lista infindável de projetos culturais e causas políticas.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

De acordo com o texto, a população engajada em processos políticos pode utilizar a rede mundial de computadores como recurso para mobilização, pois a internet caracteriza-se por

- A) diminuir a insegurança do sistema eleitoral.
- B) reforçar a possibilidade de maior participação qualificada.
- C) garantir o controle das informações geradas nas mobilizações.
- D) incrementar o engajamento cívico para além das fronteiras locais.
- E) ampliar a participação pela solução da escassez de tempo dos cidadãos.

7. (ENEM PPL 2015) A razão principal que leva o capitalismo como sistema a ser tão terrivelmente destrutivo da biosfera é que, na maioria dos casos, os produtores que lucram com a destruição não a registram como um custo de produção, mas sim, precisamente ao contrário, como uma redução no custo. Por exemplo, se um produtor joga lixo em um rio, poluindo suas águas, esse produtor considera que está economizando o custo de outros métodos mais seguros, porém mais caros de dispor do lixo.

WALLERSTEIN, I. **Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um**. Petrópolis: Vozes, 2003.

A pressão dos movimentos socioambientais, na tentativa de reverter a lógica descrita no texto, aponta para a

- A) emergência de um sistema econômico global que secundariza os lucros.

B) redução dos custos de tratamento de resíduos pela isenção fiscal das empresas.

C) flexibilização do trabalho como estratégia positiva de corte de custos empresariais.

D) incorporação de um sistema normativo ambiental no processo de produção industrial.

E) minimização do papel do Estado em detrimento das organizações não governamentais.

8. (ENEM PPL 2015)



O cartum evidencia um desafio que o tema da inclusão social impõe às democracias contemporâneas. Esse desafio exige a combinação entre

- A) participação política formação profissional diferenciada.
- B) exercício da cidadania e políticas de transferência de renda.
- C) modernização das leis e ampliação do mercado de trabalho.
- D) universalização de direitos e reconhecimento das diferenças.
- E) crescimento econômico e flexibilização dos processos seletivos.

DIREITOS, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

1. DIREITOS E CIDADANIA NO BRASIL

Pensar em direitos e cidadania no Brasil significa refletir sobre a história da população brasileira e as características das relações políticas e sociais que aqui se estabeleceram. O historiador brasileiro José Murilo de Carvalho diz, em seu livro *Cidadania no Brasil*, que a sequência histórica da conquista de direitos proposta por T. H. Marshall aconteceu de forma diferente no Brasil.

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais; depois, os políticos e os civis. Vamos agora verificar como isso aconteceu.

Uma sociedade com direitos para poucos

Cem anos após a independência, nos anos 1920, o legado colonial, principalmente da escravidão, continuou presente na sociedade brasileira. Os valores de liberdade individual praticamente inexisteram na sociedade escravocrata e pouco significavam para a maioria da população. Para os não escravos, os direitos civis só existiam no papel.

Se a maioria estava abaixo da lei, os senhores coronéis estavam acima dela. Os direitos de ir e vir e de propriedade, a inviolabilidade de domicílio e a proteção da integridade física dependiam do poder dos coronéis. São da época dos coronéis, por exemplo, algumas expressões que continuam vivas: “Para os amigos, pão; para os inimigos, pau”; “Para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei”.

Somente no final da década de 1920, em decorrência da imigração e da luta dos trabalhadores nas grandes cidades, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, algumas pequenas conquistas foram alcançadas, como os direitos de organização, de manifestação, de escolha do trabalho e de fazer greve. Mas, como aos olhos dos governantes a “questão social era uma questão de polícia”, houve muita repressão. Os direitos políticos eram igualmente restritos.

Considerava-se a Constituição de 1824 liberal, pois permitia que votassem todos os homens (as mulheres não votavam) acima de 25 anos, com renda anual de 100 mil réis, mesmo que fossem analfabetos; com isso, apenas 13% da população tinha condição de votar. O voto era obrigatório, como é ainda hoje. E, como já sabemos, as eleições eram controladas pelos coronéis locais ou pelas oligarquias regionais, o que significava que a decisão do voto estava na mão de quem tinha o poder. Era o chamado *voto de cabresto*.

Em 1881, a Câmara de Deputados votou uma lei que aumentava a renda dos eleitores para 200 mil réis

e proibia o voto dos analfabetos. Em decorrência, como somente 15% da população era alfabetizada, 80% da população masculina perdeu o direito de votar. Nas eleições parlamentares de 1886, por exemplo, votaram pouco mais de 100 mil eleitores, ou 0,8% da população brasileira.

Essa situação legal não mudou com a primeira constituição da República, promulgada em 1891; no ano seguinte, apenas 2,2% da população votou e, em 1930, 5,6% dos brasileiros foram às urnas. Como podemos ver, os governantes eram escolhidos por pouquíssimas pessoas, uma minoria que exercia o direito de voto.

Com os direitos civis e políticos tão restritos, os direitos sociais eram quase inexistentes durante o período imperial e a República Velha.

A assistência social estava nas mãos das irmandades religiosas ou de sociedades de auxílio mútuo organizadas por pessoas leigas. Essas instituições funcionavam para quem contribuía, fazendo empréstimos, garantindo apoio em casos de doença, auxílio funerário e, em alguns casos, pensão para viúvas e filhos. O Estado não se envolvia nessas questões.

Os direitos dos trabalhadores das cidades não existiam e, quando se estabelecia alguma regulamentação — como a da jornada de trabalho infantil (1891) ou a do direito de férias (1926) —, seu cumprimento não era levado em conta nem cobrado pelas autoridades. Na zona rural, prevalecia a dependência do trabalhador em relação ao grande proprietário, que em geral fornecia alguma assistência médica e remédios, numa atitude paternalista que encobria a exploração.

Na área do ensino, a Constituição de 1824 estabelecia como obrigação do Estado fornecer educação primária, mas essa determinação nunca foi efetivada. A Constituição de 1891 retirou essa obrigação do Estado, ou seja, a educação passou a ser uma questão particular.

Muitos foram os movimentos sociais que surgiram nesse período para modificar o cenário político e social em várias partes do Brasil, o que demonstra que a população tinha noção de seus direitos e dos deveres do Estado. Mas tais movimentos refletiam muito mais reações aos abusos sofridos do que tentativas de proposição de novos direitos.

A cidadania regulada

Entre 1930 e 1964, a situação dos direitos civis e políticos variou bastante, mas na maior parte do tempo eles foram restritos ou abolidos. Os direitos sociais, por sua vez, tiveram uma evolução, embora sob a supervisão do Estado.

Configurou-se o que o sociólogo brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos chamou de

“cidadania regulada”, uma cidadania restrita e sempre vigiada pelo Estado, do ponto de vista legal ou policial.

De 1930 a 1945, os direitos civis e os direitos políticos evoluíram pouco porque foi curto o período de vigência de uma constituição liberal: já em 1937 foi implantado o Estado Novo, regime ditatorial que se prolongou até 1945. A participação da população restringiu-se às votações para o Legislativo, pois as eleições para os cargos executivos foram indiretas ou não ocorreram.

De 1945 a 1964, os direitos civis e políticos retornaram a uma situação estável, com liberdade de imprensa, de manifestação e de organização partidária, mas houve exceções: o Partido Comunista do Brasil (PCB), por exemplo, teve seu registro cassado em 1947, e as greves só eram consideradas legais quando autorizadas pela Justiça do Trabalho. Quanto às eleições, a Constituição de 1946 determinava a extensão do voto a todos os cidadãos (homens e mulheres) maiores de 18 anos, menos os analfabetos. Assim, a participação da população nas eleições cresceu lentamente: em 1945 era de 13,4%; em 1950, subiu para 15,9%; em 1960, o índice de participação chegou a 18% (ainda muito baixo).

No âmbito dos direitos sociais, o período do governo de Getúlio Vargas, mesmo durante a ditadura do Estado Novo, ficou conhecido como aquele em que se colocaram em prática as reformas trabalhistas no Brasil. Um dos primeiros atos desse governo foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ideia completada em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Inédita no Brasil até então, essa legislação continua vigente até hoje.



As disposições mais significativas dessas leis foram a jornada de oito horas diárias para os trabalhadores do comércio e da indústria, a regulamentação do trabalho de menores e do trabalho feminino, o direito a férias remuneradas e a implantação do salário mínimo.

Para que esses direitos se efetivassem, foi montada uma estrutura sindical, previdenciária e jurídica que envolveu a criação de diversos órgãos e

instituições, entre os quais a Justiça do Trabalho, com tribunais regionais, o Tribunal Superior do Trabalho e os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) por categoria profissional, como a dos industriários, comerciários, ferroviários, bancários, etc. Houve a criação da Carteira de Trabalho como o documento do trabalhador, importante para que fossem esclarecidas pendências jurídicas entre patrões e empregados, e do Imposto Sindical (valor do salário de um dia de trabalho), que serviria para a manutenção dos sindicatos.

A estrutura sindical foi construída como órgão colaborador do Estado. Para que os sindicatos existissem oficialmente, era exigido seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. Assim, o movimento operário tinha um dilema: ganharia a proteção do Estado e perderia a liberdade. Se quisesse ter liberdade sindical, perderia a proteção do Estado.

Os direitos cassados e a volta da cidadania

Com a implantação da ditadura, em 1964, os direitos civis e políticos foram restringidos. Para isso, o governo militar criou os Atos Institucionais (os AIs), que tornavam lei a falta de direitos. O primeiro deles, o AI-1, editado em 9 de abril de 1964, cassou por dez anos os direitos de numerosos militares e líderes políticos, sindicais e intelectuais e forçou a aposentadoria de funcionários públicos civis e militares. Por meio do AI-2, de 27 de outubro de 1965, o governo militar aboliu a eleição direta para presidente da República, extinguiu todos os partidos políticos e impôs o bipartidarismo.

Em dezembro de 1968, após grandes manifestações, principalmente de operários e estudantes, o governo militar, por meio do AI-5, fechou o Congresso Nacional, retomou os processos de cassação e de suspensão dos direitos políticos e aboliu o *habeas corpus* para os crimes considerados contra a segurança nacional. A partir de então, foram impostas a censura prévia à imprensa e restrições à liberdade de reunião.

Nesse período, os direitos civis básicos foram todos violados, com a proibição das greves, a execução de prisões arbitrárias, a violação de domicílios e correspondência e a promoção de tortura nas prisões.

Para que a ditadura parecesse legal, os militares mantiveram em atividade o Congresso Nacional — totalmente vigiado e com interrupções de funcionamento, quando julgavam necessário — e promoveram eleições para o Senado e a Câmara dos Deputados em 1966, 1970, 1974 e 1978. Também contribuindo para a aparência de legalidade, a Constituição de 1946 foi mantida, embora desfigurada pelos Atos Institucionais.

Em 1969, foi votada uma nova Constituição, que incorporava os dispositivos jurídicos dos Atos

Institucionais, menos os do AI-5 e os da Lei de Segurança Nacional, que, de alguma forma, negavam a plena vigência dos direitos civis e políticos no Brasil.

Em 1978 teve início a “abertura” lenta e gradual proposta pelos militares. O Congresso Nacional pôde votar o fim do AI-5 e da censura prévia aos meios de comunicação e o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos. Em 1979, foi votada a **Lei de Anistia**, que permitiu a volta dos brasileiros exilados. Assim continuou o processo de “abertura”, sempre conduzido e vigiado pelos governos militares. Somente no governo de José Sarney a abertura efetivou-se.

Foi quando o Congresso aprovou a Constituição de 1988, que vale até hoje, apesar das emendas e modificações.

Ao passo que os direitos civis e políticos foram praticamente aniquilados durante a ditadura, os direitos sociais foram utilizados para deixar transparecer um mínimo de cidadania e, como no período anterior, para cooptar setores populares.

Assim, houve alguns ganhos nesse setor. O mais importante foi a unificação do sistema previdenciário, com a criação, em 1966, do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que deixava de fora apenas o funcionalismo público, mantido em regime próprio. Com a criação do INPS, estabeleceram-se regras únicas para os trabalhadores do Brasil.

Em 1971 criou-se o Fundo de Assistência Rural (Funrural) que, pela primeira vez na história do país, dava ao trabalhador rural o direito à aposentadoria, à pensão e à assistência. Em 1972 e 1973 foram incorporadas duas categorias profissionais que estavam fora da previdência: a dos empregados domésticos e ados trabalhadores autônomos. Assim, só ficavam fora do sistema de previdência nacional os chamados trabalhadores informais.

Entre as ações do governo militar no plano social cabe ainda destacar a tentativa de facilitar a compra da casa própria pela população de baixa renda. Para isso, foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que disciplinavam o financiamento de imóveis.

Cidadania hoje

Com a Constituição de 1988, chamada de *Constituição cidadã*, foi possível haver pela primeira vez na história brasileira uma legislação democrática garantindo a plenitude dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil.

O aspecto mais marcante dessa Carta é que os direitos e garantias fundamentais aparecem antes das disposições sobre o funcionamento dos poderes do Estado. Isso significa que o Estado está a serviço dos cidadãos e que esses direitos não podem ser abolidos por ninguém. Em outras palavras, os direitos humanos

— civis, políticos e sociais — estão acima do Estado e legalmente definidos.

Os direitos humanos ganharam tal posição na constituição porque, nos últimos anos da ditadura militar, ocorreram muitos movimentos sociais em defesa deles. No entanto, para que se tornem realidade, muita luta ainda será necessária.

Como vimos, a questão dos direitos no Brasil parece estar invertida em relação ao que se observou nos Estados Unidos e nos países europeus.

Os direitos civis e políticos foram restritos na maior parte de nossa história, e as propostas de direitos sociais tiveram sempre o sentido de aplacar as condições precárias de vida da população. Só recentemente podemos dizer que temos todos os direitos estabelecidos nas leis. Ainda assim, há muito por fazer para que as pessoas possam de fato viver dignamente, com educação de qualidade, sistema de saúde eficiente, direitos trabalhistas permanentes, terra para trabalhar e habitação digna.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Há registros de movimentos sociais no Brasil desde o primeiro século da colonização até nossos dias. Esses movimentos demonstram que os que viviam e os que vivem no Brasil nunca foram passivos e sempre procuraram, de uma ou de outra forma, lutar em defesa de suas ideias e interesses.

2.1 Lutas no período colonial

Durante o período colonial (1500-1822), os movimentos sociais mais significativos foram os dos indígenas e os dos africanos escravizados. Além disso, ocorreram vários movimentos políticos, dois deles pela independência do Brasil.

Os **povos indígenas** lutaram do século XVI ao século XVIII para não ser escravizados e para manter suas terras e seu modo de vida.

Os **escravos africanos** também não ficaram passivos diante das condições em que viviam. A principal forma de resistência eram as revoltas localizadas e a formação de quilombos, que existiram do século XVII até o fim da escravidão.

Os quilombos se estruturaram em várias partes do Brasil. O maior e mais significativo foi o dos Palmares, que se localizava no atual estado de Alagoas. Ele começou a se formar por volta de 1630 e foi mantido até 1694, e teve de 20 mil a 30 mil habitantes. Mas outros grandes quilombos se formaram em diferentes épocas e lugares da colônia.

Além dos movimentos dos indígenas e dos escravos, ocorreram no Brasil colonial dois movimentos pela independência em relação a Portugal: a **Inconfidência Mineira** (1789-1792) e a **Conjuração**

Baiana (1796-1799). Ambos tinham por base as ideias disseminadas pela Revolução Francesa, mas havia diferenças em seus objetivos.

Os inconfidentes mineiros propunham a independência e um governo republicano, mas não o fim da escravidão.

Já os conjurados baianos defendiam a independência e o fim da escravidão, um governo republicano, democrático, com liberdades plenas, o livre-comércio e a abertura dos portos. Esses movimentos foram reprimidos de modo violento, e seus líderes, presos, degredados ou enforcados.

2.2 Revoltas regionais, abolicionismo e republicanismo

No período imperial, entre 1822 e 1889, ocorreram movimentos pelo fim da escravidão e contra a Monarquia, tendo como objetivo a instauração de uma República no Brasil ou a proclamação de repúblicas isoladas.



Todos esses movimentos foram reprimidos violentamente, com muitas mortes e prisões. A ideia do governo em vigor era torná-los exemplos a não seguir.

Durante o Império ocorreram ainda movimentos em que se lutou por questões específicas, contra as decisões vindas dos governantes, percebidas como autoritárias. Em 1851, por exemplo, alastrou-se por várias províncias do Nordeste a chamada **Revolta Ronco da Abelha**, contra o decreto que exigia o registro civil de nascimentos e óbitos. Dizia-se que essa era uma forma de escravizar os recém-nascidos.

Outro exemplo é a **Revolta do Quebra-Quilos**, que começou na Paraíba em 1874 e se espalhou por todo o Nordeste, contra as arbitrariedades dos cobradores de impostos e contra

os novos padrões de pesos e medidas de acordo com o sistema decimal.

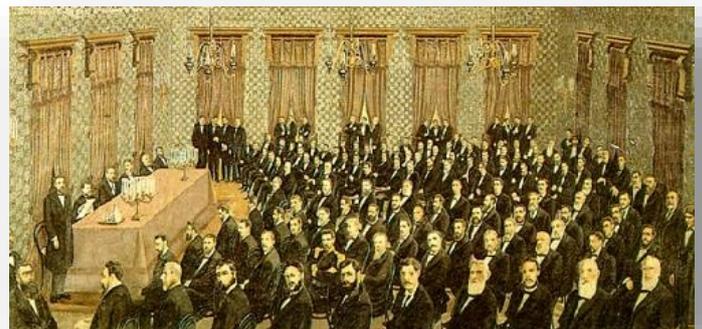
Também aconteceu em várias províncias do Nordeste, em 1875, a **Revolta das Mulheres**, contra um decreto que alterava a forma de recrutamento para o serviço militar.

Além das revoltas regionais, dois grandes movimentos sociais, a partir de 1850, alcançaram âmbito nacional: o movimento abolicionista e o republicano. Eles se desenvolveram paralelamente, mas com composições diferentes, e foram fundamentais para a queda do Império e a instauração da República no Brasil.

O **movimento abolicionista** agregou políticos, intelectuais, poetas e romancistas brancos, mas também muitos negros e pardos libertos. Cresceu lentamente, pois sofria a oposição dos grandes proprietários de terras e escravos. Por isso, quando finalmente ocorreu a abolição, os ex-escravos foram deixados à própria sorte, o que criou uma questão social que até hoje está presente no país.



O **movimento republicano** foi dominado pelos segmentos mais ricos da sociedade. A organização buscava uma nova forma de acomodar os grupos que desejavam o poder sem a presença do imperador e da Monarquia. Houve a participação de liberais que defendiam uma república democrática, mas eles foram afastados e os conservadores se apossaram do poder.



Tanto o movimento abolicionista quanto o republicano utilizaram a imprensa e a discussão em vários níveis sociais; ambos conseguiram seus objetivos ao mesmo tempo, de tal modo que o fim da escravidão no Brasil, em 1888, abriu as portas para a implantação da República, em 1889.

De Canudos à Coluna Prestes

Os movimentos sociais que ocorreram entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX mostravam um caráter político e social marcante, mesmo com vigilância rígida sobre a população do campo e da cidade.

Dois movimentos dessa época podem ser lembrados pela denúncia da miséria, da opressão e das injustiças da República dos Coronéis: a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado.

A **Guerra de Canudos** aconteceu entre 1893 e 1897, na Bahia. O movimento foi liderado por Antônio Conselheiro.



Com ele, sertanejos baianos estabeleceram-se em Canudos, um lugarejo no nordeste da Bahia, e constituíram uma comunidade de cerca de 30 mil habitantes. Viviam num sistema comunitário: não havia propriedade privada e todos os frutos do trabalho eram repartidos.

Temendo o poder de Antônio Conselheiro e a possibilidade de que a experiência se estendesse a outros lugares, os donos das terras, os coronéis, exigiram que os poderes estadual e federal acabassem com aquela comunidade. A história desse movimento ficou eternizada no livro *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha.

O outro movimento que marcou a época, a **Guerra do Contestado**, ocorreu entre 1912 e 1916, no Paraná e em Santa Catarina. Seus integrantes eram sertanejos revoltados com as condições de opressão impostas pelos coronéis locais, posseiros expulsos de suas terras pela empresa britânica Brazil Railway Company, que tinha obtido a concessão para montar

serrarias na região e construir a ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, e ex-empregados dessa companhia, demitidos sumariamente quando a obra foi concluída. Liderados por João Maria e depois por José Maria, perto de 20 mil pessoas envolveram-se na rebelião.



Os dois movimentos, após anos de resistência e muitas batalhas, foram massacrados pela força do Exército nacional, em uma matança indiscriminada.

Outros movimentos sociais, de caráter urbano, marcaram as primeiras décadas do século XX. Foi o caso das greves operárias, que emergiram de modo significativo nesse período e, mesmo proibidas por lei, tomaram conta das fábricas no Sudeste do país. Eram comandadas principalmente por imigrantes italianos, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com forte influência anarquista.

Esses movimentos grevistas denunciavam as péssimas condições de vida dos trabalhadores, as longas jornadas de trabalho, os baixos salários, a inexistência de leis trabalhistas e a exploração do trabalho feminino e infantil.

A repressão aos operários, sempre dura, apoiava-se em uma legislação que permitia expulsar trabalhadores imigrantes e condená-los por “delitos ideológicos”, de acordo com critérios que eram sempre estabelecidos pelos governantes.

No meio militar, inicialmente centralizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, desenvolveu-se um movimento que teve grande alcance em termos políticos, por colocar em discussão as bases de sustentação do regime republicano: o **Tenentismo**.

Esse movimento político-militar estendeu-se por vários anos, e teve como objetivo conquistar o poder para promover as reformas necessárias à modernização da sociedade.

Os tenentes rebeldes eram contra as oligarquias políticas regionais e a estrutura de poder que as

sustentava. Viam por trás delas a corrupção na administração pública e as fraudes eleitorais. Além disso, defendiam um sistema econômico que não se sustentasse no setor agroexportador e uma educação pública abrangente. Consideravam-se responsáveis pela salvação nacional, pois ainda julgavam o povo incapaz de promover a mudança para outro regime político. Nesse sentido, tinham uma tendência autoritária.



O primeiro levante dos tenentistas ocorreu em 5 de julho de 1922, no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro. Nessa ação, para tentar impedir a posse do presidente eleito Arthur Bernardes, os oficiais rebelados ameaçaram bombardear o Rio de Janeiro. A reação foi rápida e o movimento foi controlado pelo Exército.

O segundo levante ocorreu em 1924, em São Paulo, e reuniu cerca de mil homens. Eles ocuparam os pontos estratégicos da capital paulista, fazendo com que os governantes fugissem da cidade. A reação também foi rápida e, com a ajuda de tropas do Rio de Janeiro, a situação foi controlada.

O líder da revolta, general Isidoro Dias Lopes, dirigiu-se com uma tropa numerosa para o Sul do país, com a determinação de continuar a luta contra o governo. Assim nasceu a Coluna Paulista, que, ao se encontrar com outros militantes revoltosos, liderados por Luís Carlos Prestes, formou a Coluna Prestes.

Esta percorreu mais de 20 mil quilômetros do território brasileiro, do Sul ao Nordeste, atravessando doze estados, com o objetivo de levantar a população contra o poder das oligarquias regionais. Os integrantes da Coluna Prestes defendiam muitos princípios que seriam a base para as mudanças que ocorreram no governo de Getúlio Vargas.

A República varguista

De 1930 a 1964, os movimentos sociais no Brasil passaram por dois momentos distintos. O primeiro, de 1930 a 1945, foi marcado por um forte controle do Estado sobre a sociedade e pouco espaço para manifestações.

Mesmo assim, dois movimentos buscaram alcançar o poder do Estado: o Movimento da Ação Integralista Nacional e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Também conhecido como Integralismo, o **Movimento da Ação Integralista Nacional**, de tendência fascista, foi liderado por **Plínio Salgado**. Sob o lema “Deus, Pátria e Família”, reuniu os setores conservadores da classe média, da Igreja e do Exército, e apoiou o governo de Getúlio Vargas, até que foi extinto em 1937. Tentou um golpe, fracassado, em 1938.

A **ANL**, liderada por **Luís Carlos Prestes**, era de tendência socialista. Seus membros defendiam o cancelamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras e o combate ao latifúndio. Em 1935, a ANL foi proibida por Vargas e tentou um golpe militar que fracassou. O episódio serviu como pretexto para que Getúlio desse o seu próprio golpe em 1937, instaurando o regime ditatorial do chamado Estado Novo.

O segundo momento dessa história, de 1946 a 1964, foi inaugurado pela promulgação de uma nova constituição, que estabelecia uma democracia no país.

Vários movimentos eclodiram nesse período, mas vale lembrar alguns em especial, como a campanha pela nacionalização do petróleo e os movimentos agrários.

A campanha “O petróleo é nosso” nasceu em 1948 e prolongou-se até 1953. Tinha cunho nacionalista e reuniu os mais diversos segmentos da sociedade, de estudantes a militares, na defesa do monopólio de extração e refino do petróleo, exceto a distribuição. A campanha foi vitoriosa: por lei de 3 de outubro de 1953, definiu-se que a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) seria a empresa estatal que controlaria a produção e o refino do petróleo no Brasil.



No mesmo período, por meio dos movimentos agrários, os camponeses começavam a responder à exploração que sofriam. Os mais expressivos, na década de 1950, foram os movimentos de posseiros e pequenos proprietários em Porecatu, no Paraná, e em Trompas e Formoso, no estado de Goiás. A partir de 1955, começaram a ser organizadas em Pernambuco as **Ligas**

Camponesas, movimento que se estendeu pelo Brasil até 1964. Essas ações populares denunciavam as condições precárias das populações rurais, bem como a estrutura da propriedade rural no Brasil.

As greves, como já vimos, foram consideradas ilegais e sempre reprimidas, na maior parte do período. Com o processo de industrialização crescente, formaram-se sindicatos e centrais sindicais de âmbito nacional. Em 1962, ocorreu a primeira greve nacional contra o custo de vida, pela realização do plebiscito para o retorno ao presidencialismo e por reformas de base.

A eclosão de movimentos urbanos e rurais no Brasil, a partir de então, deixou os setores conservadores da sociedade, civis e militares, em franca oposição ao governo de João Goulart e apressou o golpe de Estado em 1º De abril de 1964.

A República fardada e o movimento estudantil

A partir de 1964, o Brasil foi governado por uma ditadura militar. Nesta mesma época, movimentos estudantis se espalharam pelo mundo, inclusive na Europa. No entanto, cada movimento tinha objetivo e luta diferentes. No Brasil, o movimento estudantil universitário tornou-se um foco de mobilização social com capacidade de mobilizar grande quantidade de estudantes desejosos de participarem da vida política do país.

Os estudantes estavam ligados a organizações representativas universitárias, tais como: DCEs (Diretórios Centrais de Estudantes); UEEs (União Estadual de Estudantes) e UNE (União Nacional dos Estudantes). Todos os protestos e reivindicações estudantis acabaram por influenciar a direção da política nacional do país. Os estudantes lutavam contra a falta de liberdade e a opressão imposta pela ditadura militar. Essas eram as motivações políticas dos jovens estudantes brasileiros da época que buscavam o fim do governo militar.

Os estudantes eram organizados e, em sua maioria, tinham ligações partidárias e eram dissidentes do PCB, com ideias marxistas, e tencionavam tomar o poder por meio de uma revolução armada. Porém, os militares não cederam e impuseram o Ato Institucional nº 5 (AI – 5), acabando com toda e qualquer liberdade de expressão e manifestação dos estudantes. O resultado foi a ocorrência de inúmeras prisões, torturas, mortes e desaparecimento de militantes.

A ditadura atingiu o ponto máximo no período de 1969 a 1973, altura em que o movimento estudantil foi totalmente desarticulado e os seus líderes e militantes passam a fazer parte de organizações de luta armada, com o objetivo de derrubar o governo.

Quando o general Ernesto Geisel foi escolhido para presidente da República, o movimento estudantil retomou a sua força. Esta fase foi marcada pela implementação do projeto que previa a

redemocratização política do Brasil. Este processo de transição da ditadura para a democracia foi lento e gradual, de modo que durou até o fim do governo militar.

Durante esse período de transição, não ocorreram repressões contra o movimento estudantil, pois os militares já haviam perdido o apoio popular e passaram a receber críticas da elite que os apoiava.

Em 1977, os estudantes voltaram a sair às ruas para pedir a democracia e foram registradas grandes manifestações e protestos. Aos poucos, as organizações foram reconstruídas, mas no final da década de 1970 e com o fim da ditadura, o movimento estudantil universitário perdeu a força e prestígio só retomando a posição de destaque em 1992, como os “Caras Pintadas”, na oposição e luta pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo.

Diretas Já (1983-84)

O movimento conhecido como *Diretas Já* foi um marco no processo de redemocratização da política brasileira. Foi um movimento civil que contou com a participação da população em geral, reivindicando eleições diretas para presidente da República. Até então, todos os presidentes eram escolhidos por um Colégio Eleitoral e os cidadãos não participavam diretamente na escolha.

Em 1979, ocorreu uma abertura política e o regime militar devolveu as liberdades democráticas. Durante a fase mais “dura” da ditadura militar, havia apenas dois partidos políticos (ARENA e MDB), mas com o retorno dos princípios democráticos voltamos a ter vários partidos.

Em 1982, os vários partidos políticos disputaram as eleições para os governos estaduais e para os cargos do Poder Legislativo. O novo quadro político brasileiro permitiu aos deputados de oposição da Câmara dos Deputados articularem uma lei para permitir a escolha do sucessor do então presidente Figueiredo. Em 1983, o deputado do MDB Dante de Oliveira criou um projeto de lei que instituía eleições diretas para presidente da República, que ficou conhecida como “Emenda Dante de Oliveira”.

Essa emenda teve grande repercussão entre os setores mais politizados do Brasil, especialmente nas capitais e grandes cidades. Em pouco tempo os partidos MDB, PT e PDT passaram a organizar comícios em prol de eleições diretas para presidente.

As manifestações repercutiram pelos meios de comunicação e transformaram-se no movimento conhecido como “Diretas Já”, umas das maiores manifestações populares que já ocorreram no Brasil. Nos comícios estiveram presentes importantes nomes da política nacional, que foram perseguidos durante a ditadura, bem como artistas, intelectuais e militantes de diversos movimentos sociais.

É importante ressaltar que a ideia de criar um movimento para pedir eleições diretas foi obra do então senador Teotônio Vilela, lançada durante um programa da TV Bandeirantes. Assim nasceu o movimento “Diretas Já”. Embora o movimento tenha ganhado fôlego nas cidades grandes, a origem das manifestações se deu num município recém-emancipado de Pernambuco, chamado Abreu e Lima. Em 31 de março de 1983, ocorreu neste município a primeira manifestação pelas “Diretas Já”, organizada por militantes do MDB. O acontecimento foi noticiado pela televisão e, em junho do mesmo ano, registraram-se manifestações em Goiânia e, em novembro, em Curitiba.

Em 1984, aproximadamente 300 mil pessoas se reuniram na Praça da Sé, em São Paulo, para pedir eleições diretas e, três meses depois, no Rio de Janeiro, um milhão de pessoas estiveram reunidas em torno do mesmo objetivo. Poucas semanas mais tarde, em torno de 1,7 milhão de pessoas voltaram a se manifestar em São Paulo.

Contudo, milhões de manifestantes nas ruas não foi suficiente para fazer com que os deputados federais votassem a favor do projeto. A maioria dos deputados se absteve e a situação de eleição indireta para presidente se manteve. Marcada a próxima eleição, para 1985, em uma tentativa de demonstrar uma aparente democracia, os militares permitiram que civis se candidatassem.

Em 1985, Tancredo Neves (PMDB) foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral e José Sarney vice. Em 1988 foi criada uma nova Constituição Federal que instituiu o direito da população escolher o presidente por meio do voto direto.

A pressão das ruas foi fundamental para o pleno restabelecimento das liberdades democráticas no Brasil e a devolução ao povo do direito de escolher todos os seus representantes. A primeira eleição direta para presidente foi em 1989 e elegeu Fernando Collor de Melo. O seu mandato durou de 1990 a 1992, quando sofreu o *impeachment* e perdeu os direitos políticos por oito anos.

Movimento dos “Caras-Pintadas” (1992)

O movimento dos Caras-Pintadas foi um movimento estudantil que ocorreu em 1992, e protagonizou a luta pelo *impeachment* do presidente Collor. Seu objetivo principal era a saída do presidente, após as denúncias de corrupção e medidas econômicas impopulares que atingiram negativamente milhões de brasileiros.

O movimento contou com a adesão de milhares de estudantes de todo o Brasil, que iam para o protesto com a cara pintada de verde e amarelo. As manifestações surgiram em mais um momento difícil da política nacional. Recém-saído da ditadura militar, pela

primeira vez desde 1960 o povo brasileiro havia eleito um presidente por voto direto, todo o entusiasmo e expectativa de “dias melhores” acabaram quando Fernando Collor colocou em prática sua política e seu estilo corrupto de governar.

Eleito a partir de um programa político que ressaltava o combate à hiperinflação, além da moralização da política brasileira através da “caça aos marajás” (corruptos), Fernando Collor de Melo ganhou a confiança do povo e conseguiu ser eleito, derrotando o seu opositor principal, Luiz Inácio Lula da Silva.

Na tentativa do Plano Collor, como ficou conhecido um conjunto de medidas econômicas para estabilizar a inflação (que não deu certo), com a poupança de milhares de brasileiros confiscada, o pânico se espalhou pelo país junto ao descontentamento e revolta ante as graves denúncias de corrupção, feitas por Pedro Collor, irmão do presidente, e seguidas de novo escândalos que surgiam quase que diariamente. Muitas pessoas importantes do governo estavam envolvidas em denúncias graves, inclusive o tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César Farias (PC Farias). Este acabou por ser assassinado em circunstâncias que nunca foram plenamente esclarecidas.

Conforme aumentavam as denúncias, a popularidade de Collor ia caindo, até que em um pronunciamento à nação, Collor pediu para que a população saísse às ruas vestindo uma peça de roupa com as cores que representam o Brasil. O resultado foi o inverso. As pessoas, os “Caras-Pintadas”, saíram às ruas vestindo-se ou pintando-se de preto, em repúdio ao pedido de Collor.

O movimento tomou as ruas e a imprensa o denominou de “Caras-Pintadas”. Os jovens estudantes, através de grandes manifestações espalhadas pelo Brasil, demonstraram o descontentamento com o governo Collor e a ação deles foi determinante para ver o objetivo principal cumprido, isto é, o *impeachment* do presidente.

2.3 Movimentos sociais hoje

De 1988 aos dias atuais, podemos observar uma série de movimentos pela efetivação de direitos existentes e pela conquista de novos direitos. Vivemos sob uma Constituição que privilegia os direitos humanos (civis, políticos e sociais) sobre a ação do Estado, e os movimentos sociais devem ser instrumentos para o questionamento das muitas desigualdades existentes no país.

Esses movimentos desenvolveram algo muito importante: a politização da esfera privada, ao tornar as carências das populações pobres (urbanas e rurais), dos negros, das mulheres, das crianças, entre outras, uma preocupação de toda a sociedade, e não somente do Estado. Abriu-se no Brasil a possibilidade de se

desenvolverem movimentos sem o controle do Estado, dos partidos políticos ou de qualquer instituição. Podemos citar, entre outros, os movimentos dos negros, das mulheres, dos indígenas, dos ambientalistas, dos sem-terra, dos sem-teto, etc.

Nenhum desses movimentos tem a preocupação de alcançar o poder do Estado, mas sim de fazer valer os direitos existentes nas leis e criar outros, isto é, eles são um meio de a população organizada participar politicamente, sem que precise estar ligada às estruturas estatais de poder. O que importa é ir além da legislação existente, procurando construir espaços políticos públicos, nos quais possam ser debatidas todas as questões importantes para uma sociedade politizada.

Movimento dos Sem Terra

Ao longo da história do Brasil a questão agrária caracterizou-se pela desigualdade na distribuição das terras. No século XX, várias propostas de reforma agrária foram postas na mesa para serem discutidas por movimentos e pelo governo, porém sem resultado efetivo. Ante a situação injusta no campo, vários movimentos antecederam o MST na luta pela reforma agrária. Entre esses movimentos destacam-se as Ligas Camponesas e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Com a continuidade da mesma estrutura fundiária no campo, em 1984, foi criado em Cascavel, Paraná, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Centenas de trabalhadores rurais, entre eles posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros e pequenos agricultores decidiram criar um movimento autônomo para lutar pela reforma agrária e por reformas sociais no Brasil.

Segundo o MST, desde a sua fundação, o movimento se organiza para realizar três objetivos:

- 1 – Lutar pela terra;
- 2 – Lutar por reforma agrária;
- 3 – Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna;

As ações do MST são caracterizadas pela ocupação de terras públicas ou particulares e os latifúndios improdutivos. Desse modo, o movimento pretende pressionar o governo a negociar a concessão da posse da terra e a implantação da reforma agrária.

Como todo movimento social, o MST tem uma ideologia e uma causa a ser defendida e conquistada, que é a reforma agrária. Na luta pelos seus objetivos, o movimento acaba por entrar em conflito com os proprietários de terras e, por vezes, ocorrem confrontos entre os integrantes do MST e policiais que tentam cumprir a ordem judicial de desocupação da terra.

As ocupações e os conflitos gerados a partir das ações do MST têm suscitado contestações por parte de classes sociais diferentes, que veem na ocupação de terra um ato ilegal que fere o direito de propriedade.

Porém, independentemente de juízo de valor, o fato é que o MST conseguiu chamar a atenção do Brasil para a questão da reforma agrária, ponto essencial a ser resolvido no país para reduzir as desigualdades sociais que ainda são muitas, inclusive no campo.

Quando a ocupação é considerada legal, o governo faz a desapropriação para a distribuição da terra entre os trabalhadores rurais do movimento, porém o processo para que eles tenham a posse da terra é demorado, pois surgem problemas a serem superados após a conquista da terra. Um obstáculo a ser superado é o modo de organização da produção agrícola num latifúndio dividido em várias pequenas propriedades, assim como as condições necessárias para que os pequenos proprietários possam tirar o seu sustento do pedaço de terra que acabaram de adquirir.

Em algumas ocasiões, o movimento tem utilizado como saída para superar os problemas a organização em cooperativas ou uma organização coletiva dos trabalhadores para que possam ter maior possibilidade de colocar os seus produtos no mercado. Mas nem sempre esta medida é bem sucedida, pois os incentivos do governo ainda são poucos e, ante as dificuldades enfrentadas, muitos pequenos proprietários acabam por vender as suas propriedades, o que gera muitas críticas ao movimento.

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

Há no Brasil um movimento social que não aparece muito nos jornais e na televisão: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, atuante principalmente nos grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.



Os sem-teto agem de modo organizado. Uma das formas de pressão que adotam é a ocupação de imóveis. As ações envolvem de cem a duzentas famílias, que se instalam no local escolhido e informam às autoridades que passarão a viver ali, mesmo em condições precárias, até que lhes seja propiciada uma opção de moradia.

Quando a polícia, em consequência de uma ação judicial, força a desocupação do local, os sem-teto procuram outro imóvel e organizam nova ocupação.

Os alvos mais frequentes são imóveis velhos desocupados, em geral edifícios abandonados por proprietários que deixaram de pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), forçando o poder público a desapropriá-los. Em alguns casos, sob a pressão dos sem-teto, os governos declaram esses edifícios de interesse social, possibilitando que se tornem moradia para quem não a tem.

A maioria dos participantes do movimento são trabalhadores que não têm condições de pagar um aluguel, mínimo que seja, ou que não querem morar na periferia, pois não têm recursos para pagar aluguel e transporte até seus postos de trabalho. Há entre os sem-teto trabalhadores que ganham no máximo um salário mínimo, e muitos desempregados.

Manifestações de 2013

No primeiro semestre de 2013, o Brasil viveu dias marcados por protestos e descontentamento da população. Foi a maior manifestação popular desde aquelas que reivindicaram o *impeachment* do Collor, e tiveram repercussão internacional. Porém, as manifestações populares de 2013, precisam ser entendidas de um modo diferente das demais.

Em 2013, o início dos protestos surgiu a partir de reivindicações para baixar o preço das tarifas públicas do transporte, em São Paulo, através do movimento Passe Livre. Em pouco tempo, as manifestações tornaram-se enormes e se espalharam pelo país. Cada vez mais aumentava o número de manifestantes, tendo surgido novas reivindicações. Na tentativa de controlar as manifestações, a força policial foi intensificada e, com isso, mais pessoas foram para as ruas para garantir a liberdade de manifestação.



Ao contrário de outros movimentos, as manifestações de 2013 caracterizaram-se por serem inorgânicas e apartidárias. Isto é, ocorreu a participação de vários setores da sociedade, o que marcou uma forte heterogeneidade social e de consciência social, política e intelectual, cujos objetivos eram diversos, e não havia nenhuma ligação com partidos políticos, com os sindicatos ou as centrais sindicais, os quais foram rejeitados e hostilizados pelos manifestantes. Outra

característica marcante foi a ausência de lideranças, conforme é costume em manifestações e protestos.

O símbolo das manifestações foi a máscara Anonymous, também popular em outros protestos ao redor do mundo. No Brasil, ela popularizou-se pelo filme “V de Vingança”. A máscara refere-se a um revolucionário inglês do século XVII, Guy Fawkes que, juntamente com mais quatro revolucionários católicos, foi condenado à morte após uma tentativa fracassada de provocar uma explosão no Parlamento inglês e tomar o poder. Quatro séculos depois, Guy Fawkes foi transformado em personagem de história em quadrinhos por Alan Moore que, inspirado na história do revolucionário, criou o personagem “V”, um anarquista que lutava para derrubar um partido fascista que estava no controle do poder na Grã-Bretanha.

As redes sociais, como o Facebook, foram instrumentos utilizados para mobilizar as pessoas e fazer denúncias que iam da violência policial contra os manifestantes aos diversos objetivos pretendidos pela população à espera de ser atendida pelo governo. Diferentemente de outros tempos, os partidos políticos não tomaram a direção das manifestações e não foram considerados bem-vindos pelos manifestantes, o que demonstrou o descontentamento do povo brasileiro em relação aos partidos políticos, sem exceção, e também em relação à política brasileira.

A situação da saúde, da segurança, da educação, do transporte e tantas outras questões foram denunciadas nas ruas pelos manifestantes, ao mesmo tempo em que se cobrou do governo a tomada de decisão em torno de medidas capazes de melhorar a situação dos brasileiros. Isto nada mais é do que dar uma cidadania legítima ao povo brasileiro e foi por isso que os descontentamentos evoluíram contra a organização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Estes são dois eventos muito caros, o que, segundo as reivindicações dos manifestantes, seria inconcebível para um país como o Brasil, que não consegue promover políticas públicas básicas que atendam à sua população com dignidade e respeito.

As manifestações tiveram a aprovação da maioria da população e o governo sentiu-se pressionado, tendo tomado medidas para tentar atender às reivindicações. A Emenda Constitucional nº 37/2011 (PEC 37), por exemplo, que impedia o Ministério Público de investigar os crimes, deixando as investigações a cargo somente da polícia, fator que, segundo muitos grupos de manifestantes, geraria mais impunidade, foi arquivada devido aos protestos, pois os deputados sentiram a pressão popular nas ruas, que também pedia o fim da corrupção. Neste contexto, outras reivindicações foram atendidas, entre elas a revogação do aumento das tarifas do transporte público em várias cidades.

No âmbito das manifestações que tem se espalhado por diversos países do globo ao longo dos

últimos anos, é importante diferenciar aspectos existentes entre elas. Há pessoas que comparam as manifestações de 2013 com a “Primavera Árabe”. É preciso ter bastante cuidado com isso.

A “Primavera Árabe” teve início na Tunísia, em dezembro de 2010, e os primeiros protestos foram também denominados de “Revolução de Jasmim”. A revolta ocorreu motivada pelo descontentamento da sociedade com o regime ditatorial predominante no país e devido às condições de vida precárias. O estopim foi a imolação do jovem Mohamed Bouazizi, um vendedor de frutas que teve sua mercadoria confiscada pela polícia. A revolta ante a situação levou o jovem a atear fogo no próprio corpo.

Em janeiro de 2011, os protestos se encerraram na Tunísia com a queda do então presidente Zine El Abidini Ben Ali, após 24 anos no poder. Porém, os protestos se espalharam por outros países do Oriente Médio e Norte da África. Alguns regimes ditatoriais ruíram, por exemplo, na Líbia, onde se deu o fim do governo de Muammar al-Gaddafi, que foi morto pelos rebeldes.

No Egito, a revolta também foi denominada de “Dias de Fúria”, “Revolução de Lótus” e “Revolução do Nilo”. Estes protestos marcaram o longo período de Hosni Mubarak no poder e, em 2011, foram realizadas eleições, nas quais Mohammad Morsi foi eleito presidente do Egito. Em 2013, Morsi foi deposto pelas Forças Armadas.

Na Síria, os protestos evoluíram para uma sangrenta guerra civil que, na atualidade, tem chamado a atenção da comunidade internacional pela violência, o grande número de refugiados e a catástrofe humana.

Neste contexto não é possível fazer uma comparação com os protestos que aconteceram no Brasil. Talvez o uso das redes sociais seja a única semelhança entre “Primavera Árabe” e os protestos ocorridos no Brasil em 2013.

Com relação aos protestos ocorridos na Espanha e Turquia, além do uso das redes sociais, outro ponto semelhante é o fato de serem manifestações que não possuíam lideranças claras. Estes são os pontos comuns entre os protestos que tem ocorrido atualmente. As motivações para os protestos são diferentes.

É importante lembrar que os protestos ocorridos no Brasil não foram marcados por reivindicações por aumento de salário ou emprego, mas pela exigência por parte do povo de que fossem implantadas novas políticas públicas com base na ética e no combate à corrupção. Os manifestantes são oriundos de diferentes classes sociais, com predominância da classe média que deseja viver em um país diferente e mais justo e que, para isso, necessita que a cidadania seja de fato assegurada e ampliada.

Neste sentido foi possível observar uma mudança de comportamento de uma parte significativa

da população brasileira, que se mostrou desejosa de novos direitos e de novas aspirações que não se reduzem a empregos e salários mas, também, a uma vida digna.

QUESTÕES ENEM

1. (ENEM 2009) A definição de eleitor foi tema de artigos nas Constituições brasileiras de 1891 e de 1934. Diz a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, por sua vez, estabelece que:

Art. 180. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei.

Ao se comparar os dois artigos, no que diz respeito ao gênero dos eleitores, depreende-se que

- A) a Constituição de 1934 avançou ao reduzir a idade mínima para votar.
- B) a Constituição de 1891, ao se referir a cidadãos, referia-se também às mulheres.
- C) os textos de ambas as Cartas permitiam que qualquer cidadão fosse eleitor.
- D) o texto da carta de 1891 já permitia o voto feminino.
- E) a Constituição de 1891 considerava eleitores apenas os indivíduos do sexo masculino.

2. (ENEM 2010.2) A primeira instituição de ensino brasileira que inclui disciplinas voltadas ao público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) abriu inscrições na semana passada. A grade curricular é inspirada em similares dos Estados Unidos da América e da Europa. Ela atenderá jovens com aulas de expressão artística, dança e criação de fanzines. É aberta a todo o público estudantil e tem como principal objetivo impedir a evasão escolar de grupos socialmente discriminados.

Época, 11 jan. 2010 (adaptado).

O texto trata de uma política pública de ação afirmativa voltada ao público LGBT. Com a criação de uma instituição de ensino para atender esse público, pretende-se

- a) contribuir para a invisibilidade do preconceito ao grupo LGBT.
- b) copiar os modelos educacionais dos EUA e da Europa.
- c) permitir o acesso desse segmento ao ensino técnico.

- d) criar uma estratégia de proteção e isolamento desse grupo.
- e) promover o respeito à diversidade sexual no sistema de ensino.

3. (ENEM 2010.2) A Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiências, realizada, em 2006, em Nova York, teve como objetivo melhorar a vida da população de 650 milhões de pessoas com deficiência em todo o mundo. Dessa convenção foi elaborado e acordado, entre os países das Nações Unidas, um tratado internacional para garantir mais direitos a esse público. Entidades ligadas aos direitos das pessoas com deficiência acreditam que, para o Brasil, a ratificação do tratado pode significar avanços na implementação de leis no país.

Disponível em: <http://www.bbc.co.uk>. Acesso em: 18 mai. 2010 (adaptado).

No Brasil, as políticas públicas de inclusão social apontam para o discurso, tanto da parte do governo quanto da iniciativa privada, sobre a efetivação da cidadania. Nesse sentido, a temática da inclusão social de pessoas com deficiência

- a) vem sendo combatida por diversos grupos sociais, em virtude dos elevados custos para a adaptação e manutenção de prédios e equipamentos públicos.
- b) está assumindo o status de política pública bem como representa um diferencial positivo de marketing institucional.
- c) reflete prática que viabiliza políticas compensatórias voltadas somente para as pessoas desse grupo que estão socialmente organizadas.
- d) associa -se a uma estratégia de mercado que objetiva atrair consumidores com algum tipo de deficiência, embora esteja descolada das metas da globalização.
- e) representa preocupação isolada, visto que o Estado ainda as discrimina e não lhes possibilita meios de integração à sociedade sob a ótica econômica.

4. (ENEM 2011) Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais:

I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais não se compreendam os casados, e Oficiais Militares, que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados e Clérigos de Ordens Sacras.

IV. Os Religiosos, e quaisquer que vivam em Comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Constituição Política do Império do Brasil (1824). Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2010 (adaptado).

A legislação espelha os conflitos políticos e sociais do contexto histórico de sua formulação. A Constituição

de 1824 regulamentou o direito de voto dos “cidadãos brasileiros” com o objetivo de garantir

- A) o fim da inspiração liberal sobre a estrutura política brasileira.
- B) a ampliação do direito de voto para maioria dos brasileiros nascidos livres.
- C) a concentração de poderes na região produtora de café, o Sudeste brasileiro.
- D) o controle do poder político nas mãos dos grandes proprietários e comerciantes.
- E) a diminuição da interferência da Igreja Católica nas decisões político-administrativas.

5. (ENEM PPL 2012) Ao longo dos anos 1990, a luta pelas condições de circulação por parte das pessoas com necessidades especiais foi uma constante na sociedade. Tal mobilização ocasionou ações como o rebaixamento das calçadas, construção de rampas para acesso a pisos superiores, para possibilitar o acesso ao transporte coletivo, entre outras.

SOUZA, M. A. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo:** participação e possibilidades das práticas democráticas. Disponível em: <http://ces.uc.pt>. Acesso em: 30 abr. 2010.

As lutas pelo direito à acessibilidade, movidas, principalmente, a partir dos anos de 1990, visavam garantir a

- A) igualdade jurídica.
- B) inclusão social.
- C) participação política.
- D) distribuição de renda.
- E) liberdade de expressão.

6. (ENEM 2013)



-Havera' ainda quem resista a' poderosa influencia do partido Mulherista.?!

PEDERNEIRAS, R. Revista da Semana, ano 35, n. 40, 15 set. 1934. In: LEMOS, R. (Org.). Uma história do Brasil através das caricaturas (1840–2001). Rio de Janeiro. Bom Texto, Letras e Expressões, 2001.

Na imagem, da década de 1930, há uma crítica à conquista de um direito pelas mulheres, relacionado com a

- redivisão do trabalho doméstico.
- liberdade de orientação sexual.
- garantia da equiparação salarial.
- aprovação do direito ao divórcio.
- obtenção da participação eleitoral.

7. (ENEM 2013) TEXTO I

A nossa luta é pela democratização da propriedade da terra, cada vez mais concentrada em nosso país. Cerca de 1% de todos os proprietários controla 46% das terras. Fazemos pressão por meio da ocupação de latifúndios improdutivos e grandes propriedades, que não cumprem a função social, como determina a Constituição de 1988. Também ocupamos as fazendas que têm origem na grilagem de terras públicas.

Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 25 ago. 2011 (adaptado).

TEXTO II

O pequeno proprietário rural é igual a um pequeno proprietário de loja: quanto menor o negócio, mais difícil de manter, pois tem de ser produtivo e os encargos são difíceis de arcar. Sou a favor de propriedades produtivas e sustentáveis e que gerem empregos. Apoiar uma empresa produtiva que gere emprego é muito mais barato e gera muito mais do que apoiar a reforma agrária.

LESSA, C. Disponível em: www.observadorpolitico.org.br. Acesso em: 25 ago 2011 (adaptado).

Nos fragmentos dos textos, os posicionamentos em relação à reforma agrária se opõem. Isso acontece porque os autores associam a reforma agrária, respectivamente, à

- redução do inchaço urbano e à crítica ao minifúndio componês.
- ampliação da renda nacional e à prioridade ao mercado externo.
- contenção da mecanização agrícola e ao combate ao êxodo rural.
- privatização de empresas estatais e ao estímulo ao crescimento econômico.
- correção de distorções históricas e ao prejuízo ao agronegócio.

8. (ENEM PPL 2013) Depois de dez anos de aparente imobilidade, 77 950 operários estavam em greve em São Bernardo, Santo André, São Caetano e Diadema – o chamado ABCD, coração industrial do país. Em todas as fábricas, os operários cruzaram os braços em silêncio. Apanhado de surpresa, o governo militar ficou por algum tempo sem ação. Os empregadores, por sua vez, sofriam sérios prejuízos a cada dia de greve.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**.

Petrópolis: Vozes, 1984 (adaptado).

O movimento sindical, em fins dos anos 1970, começou a se rearticular e a patrocinar greves de significativa repercussão. Essas greves aconteceram em um contexto político-institucional de

- revogação da negociação coletiva entre patrões e empregados.
- afirmação dos direitos individuais por parte de minorias.
- suspensão da legislação trabalhista forjada durante a Era Vargas.
- limitação à liberdade das organizações sindicais e populares.
- discordância dos empresários com as políticas industriais.

9. (ENEM 2014)

TODO BRASILEIRO TEM DIREITO À MORADIA...

AGORA LÊ AQUELE PEDAÇO BONITO QUE FALA DE COMIDA, SAÚDE...



PAIVA, M. Disponível em: www.redes.unb.br. Acesso em: 25 maio 2014.

A discussão levantada na charge, publicada logo após a promulgação da Constituição de 1988, faz referência ao seguinte conjunto de direitos:

- Civis, como o direito à vida, à liberdade de expressão e à propriedade.
- Sociais, como direito à educação, ao trabalho e à proteção à maternidade e à infância.
- Difusos, como direito à paz, ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente saudável.
- Coletivos, como direito à organização sindical, à participação partidária e à expressão religiosa.
- Políticos, como o direito de votar e ser votado, à soberania popular e à participação democrática.

10. (ENEM 2014) A Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniu representantes de comissões estaduais e de várias instituições para apresentar um balanço dos trabalhos feitos e assinar termos de cooperação com quatro organizações. O coordenador da CNV estima que, até o momento, a comissão examinou, "por baixo",

cerca de 30 milhões de páginas de documentos e fez centenas de entrevistas.

Disponível em: www.jb.com.br. Acesso em: 2 mar. 2013 (adaptado).

A notícia descreve uma iniciativa do Estado que resultou da ação de diversos movimentos sociais no Brasil diante de eventos ocorridos entre 1964 e 1988. O objetivo dessa iniciativa é

- anular a anistia concedida aos chefes militares.
- rever as condenações judiciais aos presos políticos.
- perdoar os crimes atribuídos aos militantes esquerdistas.
- comprovar o apoio da sociedade aos golpistas anticomunistas.
- esclarecer as circunstâncias de violações aos direitos humanos.

11. (ENEM 2014)



De volta do Paraguai

Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão, o voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco horrível de realidade!...

AGOSTINI. A vida fluminense, ano 3, n. 128, 11 jun. 1870. In: LEMOS, R. (Org.). **Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001)**. Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001 (adaptado).

Na charge, identifica-se uma contradição no retorno de parte dos “Voluntários da Pátria” que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870), evidenciada na

- negação da cidadania aos familiares cativos.
- concessão de alforrias aos militares escravos.
- perseguição dos escravistas aos soldados negros.
- punição dos feitores aos recrutados compulsoriamente.
- suspensão das indenizações aos proprietários prejudicados.

12. (ENEM 2014) Em 1879, cerca de cinco mil pessoas reuniram-se para solicitar a D. Pedro II a revogação de uma taxa de 20 réis, um vintém, sobre o transporte urbano. O vintém era a moeda de menor valor da época. A polícia não permitiu que a multidão se aproximasse do palácio. Ao grito de “Fora o vintém!”, os manifestantes espancaram condutores, esfaquearam mulas, viraram bondes e arrancaram trilhos. Um oficial ordenou fogo contra a multidão. As estatísticas de mortos e feridos são imprecisas. Muitos interesses se fundiram nessa revolta, de grandes e de políticos, de gente miúda e de simples cidadãos. Desmoralizado, o ministério caiu. Uma grande explosão social, detonada por um pobre vintém.

Disponível em: www.revistadehistoria.com.br.

Acesso em: 4 abro 2014 (adaptado).

A leitura do trecho indica que a coibição violenta das manifestações representou uma tentativa de

- capturar os ativistas radicais.
- proteger o patrimônio privado.
- salvaguardar o espaço público.
- conservar o exercício do poder.
- sustentar o regime democrático.

13. (ENEM 2014) Estatuto da Frente Negra Brasileira (FNB) Art. 1.º - Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. 4 novo 1931.

Quando foi fechada pela ditadura do Estado Novo, em 1937, a FNB caracterizava-se como uma organização

- política, engajada na luta por direitos sociais para a população negra no Brasil.
- beneficente, dedicada ao auxílio dos negros pobres brasileiros depois da abolição.
- paramilitar, voltada para o alistamento de negros na luta contra as oligarquias regionais.
- democrático-liberal, envolvida na Revolução Constitucionalista conduzida a partir de São Paulo.
- internacionalista, ligada à exaltação da identidade das populações africanas em situação de diáspora.

14. (ENEM PPL 2014) Quem acompanhasse os debates na Câmara dos Deputados em 1884 poderia ouvir a leitura de uma moção de fazendeiros do Rio de Janeiro: “Ninguém no Brasil sustenta a escravidão pela escravidão, mas não há um só brasileiro que não se oponha aos perigos da desorganização do atual sistema de trabalho”. Livres os negros, as cidades seriam invadidas por “turbas ignaras”, “gente refratária ao trabalho e ávida de ociosidade”. A produção seria

destruída e a segurança das famílias estaria ameaçada. Veio a Abolição, o Apocalipse ficou para depois e o Brasil melhorou (ou será que alguém duvida?). Passados dez anos do início do debate em torno das ações afirmativas e do recurso às cotas para facilitar o acesso dos negros às universidades públicas brasileiras, felizmente é possível conferir a consistência dos argumentos apresentados contra essa iniciativa. De saída, veio a advertência de que as cotas exacerbariam a questão racial. Essa ameaça vai completar 18 anos e não se registraram casos significativos de exacerbação.

GASPARI, E. As cotas e a urucubaca. **Folha de S. Paulo**, 3 jun. 2009.

O argumento elaborado pelo autor sugere que as censuras às cotas raciais são

- A) politicamente ignoradas.
- B) socialmente justificadas.
- C) culturalmente qualificadas.
- D) historicamente equivocadas.
- E) economicamente fundamentadas.

15. (ENEM PPL 2014) As relações do Estado brasileiro com o movimento operário e sindical, bem como as políticas públicas voltadas para as questões sociais durante o primeiro governo da Era Vargas (1930-1945), são temas amplamente estudados pela academia brasileira em seus vários aspectos. São também os temas mais lembrados pela sociedade quando se pensa no legado varguista.

D'ARAÚJO, M. C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais.

In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. (Org.). **O tempo do nacional-estatismo: do início ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Durante o governo de Getúlio Vargas, foram desenvolvidas ações de cunho social, dentre as quais se destaca a

- A) disseminação de organizações paramilitares inspiradas nos regimes fascistas europeus.
- B) aprovação de normas que buscavam garantir a posse das terras aos pequenos agricultores.
- C) criação de um conjunto de leis trabalhistas associadas ao controle das representações sindicais.
- D) implementação de um sistema de previdência e seguridade para atender aos trabalhadores rurais.
- E) implantação de associações civis como uma estratégia para aproximar as classes médias e o governo.

16. (ENEM PPL 2014) Passada a festa da abolição, os ex-escravos procuraram distanciar-se do passado de escravidão, negando-se a se comportar como antigos cativos. Em diversos engenhos do Nordeste, negaram-se a receber a ração diária e a trabalhar sem remuneração. Quando decidiram ficar, isso não significou que concordassem em se submeter às mesmas condições de trabalho do regime anterior.

FRAGA, W.; ALBUQUERQUE, W. R. **Uma história da cultura afro-brasileira**. São Paulo: Moderna, 2009 (adaptado).

Segundo o texto, os primeiros anos após a abolição da escravidão no Brasil tiveram como característica o(a)

- A) caráter organizativo do movimento negro.
- B) equiparação racial no mercado de trabalho.
- C) busca pelo reconhecimento do exercício da cidadania.
- D) estabelecimento do salário mínimo por projeto legislativo.
- E) entusiasmo com a extinção das péssimas condições de trabalho.

17. (ENEM 2015) Não nos resta a menor dúvida de que a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros nos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do Regime Militar. Trata-se da reconstrução ou construção de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

GOHN, M. G. M. **Os sem-terras, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003 (adaptado).

No processo da redemocratização brasileira, os novos movimentos sociais contribuíram para

- a) diminuir a legitimidade dos novos partidos políticos então criados.
- b) tornar a democracia um valor social que ultrapassa os momentos eleitorais.
- c) difundir a democracia representativa como objetivo fundamental da luta política.
- d) ampliar as disputas pela hegemonia das entidades de trabalhadores com os sindicatos.
- e) fragmentar as lutas políticas dos diversos atores sociais frente ao Estado.

18. (ENEM 2015) O reconhecimento da união homoafetiva levou o debate à esfera pública, dividindo opiniões. Apesar da grande repercussão gerada pela mídia, a população ainda não se faz suficientemente esclarecida, confundindo o conceito de união estável com casamento. Apesar de ter sido legitimado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o reconhecimento da união homoafetiva é fruto do protagonismo dos movimentos sociais como um todo.

ARÉDES, N.; SOUZA, I.; FERREIRA, E. Disponível em: <http://reporterpontocom.wordpress.com>. Acesso em: 1 mar. 2012 (adaptado).

As decisões em favor das minorias, tomadas pelo Poder Judiciário, foram possíveis pela organização desses grupos. Ainda que não sejam assimiladas por toda a população, essas mudanças

- A) contribuem para a manutenção da ordem social.
- B) reconhecem a legitimidade desses pleitos.

- C) dependem da iniciativa do Poder Legislativo Federal.
- D) resultam na celebração de um consenso político.
- E) excedem o princípio da isonomia jurídica.

19. (ENEM PPL 2015)



Disponível em: www.rededemocratica.org. Acesso em: 28 set. 2012.

Na imagem, encontram-se referências a um momento de intensa agitação estudantil no país. Tal mobilização se explica pela

- A) divulgação de denúncias de corrupção envolvendo o presidente da República.
- B) criminalização dos movimentos sociais realizada pelo Governo Federal.
- C) adoção do arrocho salarial implementada pelo Ministério da Fazenda.
- D) compra de apoio político promovida pelo Poder Executivo.
- E) violência da repressão estatal atribuída às Forças Armadas.

20. (ENEM 2016.2)



Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 9 nov. 2011.

Para além de objetivos específicos, muitos movimentos sociais interferem no contexto sociopolítico e ultrapassam dimensões imediatas, como foi o caso das mobilizações operárias, ocorridas em 1979 na cidade de São Paulo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que lutavam por seus direitos, essas mobilizações contribuíram com o(a)

- A) elaboração de novas políticas que garantiram a estabilidade econômica do país.
- B) instalação de empresas multinacionais no Brasil.
- C) legalização dos sindicatos no Brasil.
- D) surgimento das políticas governamentais assistencialistas.
- E) processo de redemocratização do Brasil.

GABARITO

QUESTÕES ENEM

1. e
2. c
3. a
4. c
5. e
6. d
7. d
8. d

QUESTÕES ENEM BRASIL

1. e
2. b
3. d
4. b
5. d
6. b
7. e
8. d
9. a
10. d
11. c
12. c
13. e
14. b
15. c
16. c
17. b
18. b
19. a
20. e